

**Violência contra a Mulher. Procedimentos de
atendimento às vítimas pelos órgãos do Estado
Angolano: o caso do Dundo**

Úzia Natália Segunda

Trabalho de Projecto do mestrado em Estudos sobre as
Mulheres. As Mulheres na sociedade e na cultura.

Junho, 2017

Violência contra a mulher. Procedimentos de atendimento
às vítimas pelos órgãos do Estado Angolano: o caso do
Dundo

Úzia Natália Segunda

Trabalho de Projecto de Estudos sobre as Mulheres. As
Mulheres na sociedade e na cultura

Orientadora: Sara Dalila Cerejo

Co-Orientador: Manuel Lisboa

Junho, 2017

DECLARAÇÕES

Declaro que o presente trabalho de projecto é o resultado da minha pesquisa pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O (a) candidato (a)

Nígia Natália Segunda

Lisboa, 2 de Junho de 2017

Declaro que este Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Sara Duarte P. Reis

Lisboa, 2 de Junho de 2017

DEDICATÓRIA

Aos meus queridíssimos filhos, por serem a luz do meu viver e a razão das minhas lutas.

Aos meus amados pais Silvano Muacariata e Maria Muaxinene, a quem elevo toda a minha eterna gratidão por terem-me gerado.

Às mulheres que sofrem em silêncio a violência.

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso, pela saúde, sabedoria e protecção que me foi dada durante a trajectória deste trabalho.

Aos meus familiares, em especial, aos meus queridos irmãos, pelo encorajamento e pela ajuda financeira; a minha interna gratidão.

Aos meus filhos, por terem aguentado a minha ausência no decorrer deste trabalho.

À excelentíssima Professora Doutora Sara Dalila Cerejo e ao excelentíssimo Doutor Manuel Lisboa, pela sábia orientação, apoio científico e moral para a concretização deste trabalho/projecto.

À Direcção da Família e Promoção da Mulher da Lunda-Norte, à SIC e ao Tribunal da Comarca da Lunda-Norte, aos técnicos, às mulheres vítimas, muito obrigada, por terem apoiado a minha pesquisa.

Aos meus chefes da Direcção do Comércio, Turismo e Hotelaria, em especial, ao senhor Director Benedito dos Santos, por ter autorizado a minha petição.

Aos professores e colegas do mestrado em Estudos sobre as mulheres do ano lectivo 2014/2015, muito obrigada pelos momentos que passámos juntas e pelo auxílio que me foi dispensado.

Aos meus amigos, pela coragem e apoio na realização deste projecto, e a todos que contribuíram directa ou indirectamente, o meu muito obrigado.

RESUMO

Pretendeu-se com o presente trabalho realizar um estudo voltado aos órgãos do estado angolano, vocacionados para o atendimento às vítimas de violência. Tem-se como objectivo principal compreender e analisar os procedimentos e as dinâmicas dos processos internos nos órgãos do estado na cidade do Dundo, nomeadamente nos Serviços de Investigação Criminal (SIC), na Direcção da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU) e no Tribunal da Comarca da Província da Lunda-Norte. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo, baseado na aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos técnicos e às vítimas; inclui-se também a revisão bibliográfica sobre a temática em estudo.

A partir das informações obtidas pode-se concluir que o sistema de atendimento destes órgãos não funciona devidamente; isso deve-se à falta de qualificação dos técnicos nas áreas em que actuam e de meios básicos que auxiliam o atendimento às vítimas de violência, e à transgressão por parte dos técnicos das políticas públicas descritas pela lei 25/11 de 14 de Julho. Estes aspectos têm contribuído para a deficiência do sistema de atendimento desses órgãos. Portanto, esperamos que, com os resultados alcançados no presente estudo e com as propostas aqui sugeridas, possamos contribuir para o melhoramento do sistema desses órgãos.

Palavras-chave: violência, violência doméstica, estado, mulher.

ABSTRACT

This study aimed at the institutions of the Angolan state which assist victims of violence. The main goal is to understand and analyze the procedures and dynamics in the state institutions placed in the city of Dundo, namely in the Criminal Investigation Services (SIC), the Directorate of Family and Promotion of Women (DIFAMU) and in the Court of Lunda-Norte. From the methodological point of view, this is a qualitative study, based on the application of semi-structured interviews to technicians and victims. The study also includes the bibliographic review of the main issues related to the topic.

From the information obtained, we can conclude that the system of victims' care does not function properly. This is due to the lack of qualification of the technicians in their work field, to the lack of basic tools that help assisting the victims of violence and to the transgression by the technicians of the public policies described in the law 25/11 of July 14. These aspects have contributed to the deficiency of the system of victims' care in these institutions. Therefore, we hope that, with the results achieved in this study and with the proposals suggested here, we can contribute to the improvement of the system of these institutions.

Key words: violence, domestic violence, state, woman.

LISTA DE ABREVIATURAS

MINFAMU - Ministério da Família e Promoção da Mulher.

DIFAMU - Direcção da Família e Promoção da Mulher.

SIC - Serviços de Investigação Criminal.

SEDm -Secretaria de Estado para Promoção e desenvolvimento da Mulher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	16
Figura 2.....	18

Índice

Dedicatória	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo	vi
ABSTRACT	vii
Lista de FIGURAS	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	4
ESTRUTURA CONCEPTUAL.....	4
1.1 Enquadramento.....	4
1.2 Problemática	5
1.3 Justificação da pesquisa	6
1.4 Objectivos.....	8
1.4.1 Objectivo geral	8
1.4.2 Objectivos específicos	8
1.5 Limitações da pesquisa	8
CAPÍTULO II	10
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	10
2.1 Lei nº25/11 contra a violência doméstica.....	10
2.2 Caracterização dos informantes.....	14
2.3 Processamento e tratamento dos casos (fluxograma), e caracterização das instituições 14	
2.4 Referências conceptuais.....	19
2.5 Principais formas de violência contra a mulher em Angola	23
CAPÍTULO III	29
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	29
3.1 Sujeitos da pesquisa	29
3.1.1 Técnicos.....	29
3.1.2 Vítimas.....	29
3.2 Instrumento para a recolha de dados	29
3.3 Metodologia	31
CAPÍTULO IV	32

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1 Apresentação dos resultados	32
4.2 Entrevistas aos técnicos	32
4.2.1 - Percepções dos técnicos em relação à violência contra a mulher	33
4.2.2 - Atendimento das mulheres em situação de violência doméstica	34
4.2.3 - Ponto de vista dos técnicos em relação à lei de violência doméstica	41
4.3 Entrevistas às vítimas	42
4.3.1 - Apoio e protecção à vítima	43
4.3.2 Avaliação das instituições	46
4.4 Propostas para o melhoramento do sistema de atendimento às vítimas	49
CONCLUSÃO.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	56
APÊNDICES.....	59

INTRODUÇÃO

Este projecto nasce da necessidade de perceber o fenómeno da violência contra a mulher, que atinge níveis alarmantes; essa situação preocupa a sociedade de uma maneira geral e o governo em particular. No enquadramento dessa preocupação realizou-se recentemente em Luanda uma conferência sobre a violência doméstica, onde foram analisadas as causas e as várias dimensões do fenómeno. Este projecto tem como principal objectivo a análise da violência doméstica em Angola, nomeadamente na cidade do Dundo.

A violência contra a mulher “foi reconhecida como um problema de saúde pública na última década, por entidades ligadas aos direitos humanos e organismos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde” (Nascimento, 2011:11).

A organização das Nações Unidas define a violência contra as mulheres como qualquer acto de violência baseado no género, de que resulte ou possa resultar sofrimento ou danos físicos, psicológicos ou sexuais para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais actos, coacção ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada, constitui-se como uma grave violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”¹.

A violência é hoje em dia um dos problemas sociais que mais mata no mundo; esta epidemia afecta todo o ser humano independentemente da raça, cultura, credo, género, classe e faixa etária, sendo a mulher a principal vítima. Felizmente, a nível internacional e local, tem-se assistido a muitas discussões, promovidas pela sociedade em geral e, de modo particular, pelos cientistas sociais, em torno desta problemática. Estas discussões têm como principal intuito a criação de políticas públicas para a prevenção e erradicação do fenómeno a todos os níveis.

Embora o homem seja algumas vezes vítima de violência doméstica, os resultados de alguns estudos empíricos realizados em Angola, apoiados em queixas feitas nas instituições de atendimento às vítimas de violência, e, em particular, os de pesquisas científicas

¹ I plano municipal de prevenção e combate à violência doméstica e de género do Município de Lisboa 2014/2017, disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Documents/PLANO%20DE%20COMBATE%20A%20VIOLENCIA%20DOMESTICA%20-%20LISBOA.pdf>.

realizadas a nível internacional sobre esta temática mostram que as vítimas da violência doméstica e conjugal na sua maioria são mulheres, crianças e idosos, assumindo o homem, inúmeras vezes, o papel de agressor.

O relatório da OMS salienta que a violência contra a mulher tem muitas consequências sub-reconhecidas para a saúde por exemplo a morte devido ao femicídio, suicídio, infecção pelo HIV/AIDS, como também consequências não fatais tais como danos físicos, infecções sexualmente transmitidas (IST), gravidez indesejada, morbilidade materna, desfechos desfavoráveis de saúde sexual e reprodutiva e problemas de saúde mental.

Os danos causados pela violência poderão ser observados por longos anos da vida da mulher vitimada por várias razões; uma destas diz respeito à falta de boa prestação de serviços ajustados ao atendimento às mulheres vítimas de actos de violência, acrescentando também a falta de políticas públicas eficazes para a protecção e apoio da vítima e para o combate à violência.

O estado angolano tem encetado esforços no sentido de criar mecanismos para minimizar a aparição deste flagelo ou mesmo erradicá-lo da sociedade. Estes esforços são visíveis através da criação de instituições especializadas em matérias sobre a violência doméstica, da criação da linha SOS de apoio às vítimas e criação de meios jurídicos, como é o caso da lei n.º 25/11 de 14 de Julho - contra a violência doméstica - que pune os autores de actos de violência doméstica e protege e apoia as vítimas de violência doméstica.

No entanto, não obstante estas e outras medidas aprovadas pelo executivo, ainda há muito por fazer em termos de políticas públicas para o combate desta problemática. É certo que tanto a legislação entretanto criada no sentido de penalizar os actos de violência doméstica como também a acção de várias instituições públicas e privadas têm permitido melhorar a situação. Todavia, dificilmente se muda por decreto a mentalidade e as práticas que lhe estão associadas. A moldura jurídica é uma condição necessária mas não é suficiente (Lisboa *et al.*, 2006:51).

A Lunda-Norte é uma das 18 províncias que compõe o território angolano; é uma província pequena com cerca de 862 566 habitantes e é a esta localidade que a nossa pesquisa se cingirá. O nosso interesse em analisar a questão da violência nesta província deve-se, em primeiro lugar, à constante ocorrência de casos de violência nas famílias próximas de mim e não só; em segundo lugar, às várias queixas da parte das vítimas que

recorrem às instituições existentes na província em relação ao atendimento dos técnicos e, por último, ao facto de existirem poucos trabalhos científicos que abordam o fenómeno da violência doméstica ao nível da província .A abordagem a este tema tem também como objectivo contribuir para a solução dos problemas de violência nesta cidade.

Assim, para a realização desta pesquisa foram entrevistados técnicos das instituições do estado localizadas na cidade do Dundo na província da Lunda-Norte, nomeadamente: Serviços de Investigação Criminal (SIC), a Direcção da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU) e o Tribunal da Comarca da Lunda-Norte.

Assim sendo, com esta pesquisa pretende-se compreender e analisar os procedimentos e as dinâmicas dos processos internos nos órgãos do estado da cidade do Dundo, com o objectivo de contribuir para um melhoramento do sistema de atendimento às vítimas.

Com os resultados deste trabalho esperamos contribuir para a solução da problemática nos órgãos do estado voltados para o atendimento à vítima de violência doméstica naquela província.

O trabalho é constituído por quatro capítulos e está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, **estrutura conceptual**, expomos os seguintes pontos: enquadramento, apresentação da problemática, apresentação dos objectivos e delimitação da pesquisa.

No segundo capítulo, **enquadramento teórico**, mencionaremos a lei sobre a violência doméstica em Angola, a caracterização da população alvo, o processamento dos casos nas instituições supramencionadas, as referências conceptuais do tema, as principais formas de violência contra a mulher em Angola, dados estatísticos fornecidos pelas instituições e a caracterização das instituições onde decorreu a pesquisa.

No terceiro capítulo é apresentado o **enquadramento metodológico** para a recolha de dados, incluindo os sujeitos da pesquisa. No quarto capítulo dá-se conta da **apresentação e análise dos resultados** obtidos da pesquisa, com base nas entrevistas aplicadas aos técnicos e às vítimas.

Por último, apresentamos as propostas, as conclusões, a bibliografia e dois apêndices: o apêndice A que contém o questionário aplicado aos técnicos e o apêndice B que contém o questionário aplicado às vítimas.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA CONCEPTUAL

1.1 Enquadramento

A violência contra a mulher é um problema social que ocorre em todo mundo; tal fenómeno pode atingir qualquer um, tanto no domínio privado como no público. Esta violência pode ser caracterizada por aspectos físicos, psicológicos, económicos, sexuais, entre outros, e acarreta vários custos na vida das mulheres, isto é, custos na saúde física e psicológica, e a nível do desempenho profissional, entre outros. Segundo a OMS, a violência é a décima causa de morte de mulheres com idades entre os 15 e os 44 anos em todo mundo.

Segundo Costa (2010), romper um ciclo que se estabelece entre um casal resultante de uma relação abusiva implica que a mulher vitimizada percorra um longo e tortuoso caminho em que as idas e vindas são recorrentes.

Muitos factores estão na base do desencadeamento da violência. Quando nos referimos especificamente à violência exercida contra a mulher, é importante não nos esquecermos que tal facto resulta, na maior parte dos casos, de uma desigual relação de domínio entre homens e mulheres, reproduzida através de um processo de naturalização das desigualdades de género, o que influencia, assim, o estatuto que a mulher ocupa na sociedade.

Em Angola, uma pesquisa feita pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, sobre a violência entre parceiros íntimos analisou os casos registados no primeiro trimestre de 2006, no Centro de Aconselhamento Familiar, quanto aos tipos de violência, idade, estado civil, ocupação e localização das vítimas. Nesse período, foram registadas 2260 vítimas de violência em Luanda, sendo 2092 mulheres e 168 homens, representando 92,57% e 7,43%, respectivamente. Segundo essas análises, a maior parte dos agressores é do sexo masculino (90,5%). Os tipos de violências mais frequentes cometidas contra as

mulheres foram a violência económica, que inclui fuga à paternidade, não pagamento de pensão, abandono do lar, desalojamento e privação de bens (70,9%); física (10,5%) e psicológica (8,9%). As faixas etárias mais frequentes das mulheres vítimas foram dos 30 aos 34 anos (23,4%), 25 aos 29 anos (22,7%) e dos 35 aos 39 anos (17,5%). A maior parte das vítimas era oficialmente solteira (87,6%) e apenas 11,9% era casada, (Angola, 2007d), citado por Nascimento 2013:20.

Em Angola, tem-se percebido o esforço empreendido pelo executivo e pelas diversas entidades religiosas e políticas na luta contra este flagelo; porém, há muito por fazer quanto a este problema. Por vezes as políticas públicas existentes no país para a prevenção e erradicação deste flagelo não se fazem sentir na prática do atendimento por parte dos profissionais das instituições especializadas para esta demanda; no entanto, é possível que a falta de qualificação destes profissionais na matéria de violência esteja na base desta fraca adesão a estas políticas.

É preciso que os profissionais que actuam nesta área estejam sensibilizados sobre as dimensões da violência doméstica e não só, para que ponham em prática as políticas públicas existentes.

Verifica-se, também, a inexistência de estudos específicos em Angola que possam fornecer dados concisos sobre esta problemática, o que tem gerado enormes dificuldades na criação de novas políticas públicas eficazes para a prevenção e erradicação deste flagelo e na actuação dos profissionais perante os casos que dão entrada nas suas instalações.

1.2 Problemática

Como já salientámos no início, os Serviços de Investigação Criminal e a Direcção da Família e Promoção da Família, localizados na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte, são órgãos descentralizados, com áreas especializadas para o atendimento de vítimas de várias tipologias de violência; estas são as únicas instituições na província que lidam directamente com o atendimento das questões de violência.

Com base nos dados recolhidos, constatou-se que muitas das instalações de atendimento às vítimas dos órgãos do estado em Angola não estão devidamente equipadas com os instrumentos necessários para auxiliar os técnicos no apoio às vítimas, e a maioria

dos técnicos não têm formação nas questões de género e de violência doméstica. Estas situações têm provocado muitas vezes constrangimentos às vítimas que recorrem a estas associações. A falta de casas de abrigo e o apoio social e psicológico são algumas das ferramentas essenciais no que diz respeito à protecção e apoio à vítima.

No artigo 11º da lei nº 25/11 de 14 de Julho, diz-se que a vítima tem o direito de usufruir do apoio psicossocial e das casas de abrigo, tão logo que adquira o estatuto de vítima. Por inexistência desses meios, estes procedimentos não são seguidos pelos profissionais destas instituições.

Desta feita, pretendemos com este projecto compreender e analisar os procedimentos destas associações com o objectivo de propor medidas que visam melhorar o sistema de apoio e protecção às vítimas de violência doméstica nestas associações.

Assim, tendo em conta as observações e informações obtidas, esta pesquisa pretende responder à seguinte questão de partida: *quais são os procedimentos utilizados pelos órgãos públicos no atendimento às vítimas de violência doméstica?*

Formulámos as seguintes questões, decorrentes da pergunta de partida:

As vítimas são bem atendidas nestas instituições?

Como estão essas instituições relativamente ao acolhimento, protecção e apoio as vítimas?

Qual é o apoio e protecção que estas instituições oferecem às vítimas?

1.3 Justificação da pesquisa

O interesse em analisar a violência decorre de anteriores incursões, observações e informações a respeito da violência verificadas nos bairros periféricos e nos lares da cidade em que residia, e também da falta de assistência aos filhos pelos pais. Partindo do pressuposto de que a violência doméstica é uma forma de violação dos direitos humanos, senti a necessidade de explorar mais o assunto.

Por outro lado, o facto de ter assistido também a mulheres e crianças vítimas de todo o tipo de violência, atendidas diariamente nas instituições acima identificadas, suscitou o interesse no estudo mais aprofundado da temática. As queixas das vítimas em relação ao atendimento da parte dos técnicos destas associações foi também um dos motivos que me levou a pesquisar mais sobre o atendimento das associações naquela parcela da província da Lunda-Norte. A falta de estudos específicos deste problema na província em destaque pode justificar também a realização desta pesquisa.

A partir destas experiências vividas senti-me impelida a trabalhar o tema para poder contribuir para o melhoramento das dinâmicas dos seus processos, propondo medidas para optimizá-los e tentar desburocratizá-los e poder, assim, melhor servir os utentes. Importa realçar que o mestrado em Estudos sobre as mulheres. As mulheres na Sociedade e na Cultura passou a ser o caminho natural para a realização desta pesquisa.

Para que esta pesquisa fosse realizada, no ano lectivo 2014/2015, ingressei na faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa, no curso de Mestrado **“Estudos Sobre as Mulheres. A Mulheres na Sociedade e na Cultura”**, formulando o tema para a pesquisa da seguinte forma: **“violência contra a Mulher. Procedimentos de atendimento às vítimas pelos órgãos do Estado Angolano: o caso do Dundo”**.

Como investigadora tive a oportunidade de estar nos órgãos já mencionados durante 7 horas por dia e pude observar como as vítimas são aí atendidas. Esta análise alertou-me para o facto de que as vítimas de violência doméstica que procuram ajuda, apoio e protecção nestas instituições não recebiam um tratamento adequado; é possível que a falta de habilitação dos técnicos em matéria de violência doméstica e de género bem como a banalização da violência sofrida pela mulher, a falta de condições adequadas no que se refere a casas de abrigo e ao respectivo apoio psicólogo e social nestas associações estejam na base da falta de um atendimento adequado por parte destes técnicos.

É preocupante quando a vítima não encontra no estado a forma de protecção eficaz de que necessita. Os próprios profissionais de atendimento não conseguem dispensar às vítimas o apoio necessário, em parte, por falta de condições necessárias para a prestação do respectivo apoio e protecção de que as vítimas carecem.

1.4 Objectivos

1.4.1 Objectivo geral

Como objectivo principal, este trabalho visa compreender e analisar os procedimentos e as dinâmicas dos processos internos nos órgãos do estado na cidade do Dundo, vocacionados para o atendimento das situações de violência, com o objectivo de propor medidas para o melhoramento do sistema de atendimento nestas instituições, nomeadamente na Direcção de Família e Promoção da Mulher, nos Serviços de Investigação Criminal e no Tribunal Provincial da Comarca da Lunda-Norte.

1.4.2 Objectivos específicos

Os objectivos específicos que traçámos seguem-se nos pontos abaixo:

- Descrever o atendimento das mulheres nos órgãos mencionados perante a violência doméstica.
- Conhecer os procedimentos que são seguidos no atendimento às vítimas.
- Identificar as principais dificuldades que as vítimas ultrapassam.
- Compreender junto das vítimas se os serviços prestados por profissionais das diferentes áreas são satisfatórios.

1.5 Limitações da pesquisa

Situada no leste de Angola, a província da Lunda – Norte é uma das 18 províncias de Angola, sendo a sua área territorial de 103 760 km. De acordo com os dados estatísticos do censo realizado em Maio de 2014, esta cidade possui uma população aproximada de 862 566 habitantes. Actualmente conta com 10 municípios e sua capital é a cidade do Dundo.

O Ministério da Família e Promoção da Mulher é o órgão do governo encarregue de definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade em geral². Assim, a Direcção da família e promoção da Mulher é um órgão descentralizado com dupla dependência, metodologicamente subordinado ao

² Estatuto orgânico do Ministério da família e promoção da mulher, artigo 1º (natureza).

Ministério e administrativamente subordinado ao governo provincial, enquanto que os Serviços de Investigação Criminal é um órgão que depende directamente do seu Ministério.

Devido à magnitude do tema e também devido ao limite de tempo para a realização da pesquisa, não foi possível estender a investigação a toda a dimensão da província. Assim, para poder atingir os objectivos traçados, optámos por fazer a pesquisa somente nas instituições do estado localizadas na cidade do Dundo.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Lei nº25/11 contra a violência doméstica

A lei nº 25/11 de 14 de Julho no diploma nº 123/13 de 28 de Agosto foi criada com o objectivo de prevenir e punir os actos de violência doméstica contra pessoas indefesas e debilitadas físicas, psicológica e emocionalmente, ou para proteger, de uma forma geral, a sociedade de actos de violência contra a mulher, o homem, crianças, idosos e adolescentes³.

A lei estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência às vítimas. Desta forma, a lei define a violência doméstica como: *“toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico, temporário ou permanente, que atente contra a pessoa humana no âmbito quer das relações familiar, e outros grupos ou outros ambientes previstos no artigo 2.º da lei em análise”*.

E caracteriza a violência doméstica no artigo 3º⁴: a) **Violência sexual**: qualquer conduta que obrigue a presenciar, a manter ou participar de relação sexual por meio de violência, coacção, ameaças ou colocação da pessoa em situação de inconsciência ou de impossibilidade de resistir; b) **Violência patrimonial**: toda acção que configure a retenção, a subtracção, a destruição parcial ou total dos objectos, documentos, instrumentos de trabalho, bens móveis ou imóveis, valores e direitos da vítima; c) **Violência psicológica**: qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição de auto-estima ou que prejudique e perturbe o plano do desenvolvimento psico-social; d) **Violência verbal**: toda a acção que envolva a utilização de impropérios acompanhados ou não de gestos ofensivos, que tenha como finalidade humilhar e desconsiderar a vítima, configurando calúnia, difamação ou injúria; e) **Violência física**: toda a conduta que ofende a integridade ou saúde corporal da pessoa.

³Lei nº 25/11 de 14 de Julho sobre a violência doméstica.

⁴Cf.artigo 3º.

Com a criação desta lei os actos de violência doméstica passaram a ser considerados crimes legalmente. A presente lei aplica-se aos factos ocorridos no seio familiar ou outros que, por razões de proximidade, afecto, relações naturais e de educação, tenham lugar, em especial, nos infantários, nos asilos para idosos, nos hospitais, nas escolas, nos internatos femininos ou masculinos, nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social⁵. A legislação angolana não especifica quem são os sujeitos passivos, fazendo apenas referência ao seio familiar ou outros onde também se verificam relações de afeto e proximidade, o que nos permite compreender quais poderão ser esses sujeitos⁶ (Gavião, 2015:77)

Quanto à questão do crime de carácter semi-público, a sua condenação depende da queixa do ofendido, ou seja, para que possa haver o exercício da acção penal, pelo Ministério Público, para que o Procurador da República possa acusar, é necessário que a vítima apresente a queixa numa unidade policial ou numa instituição pública ou privada vocacionada para exercer tal actividade.

Também por essa mesma razão, as vítimas têm o poder de desistir da queixa do processo. A natureza semipública permite ainda que os conflitos resultantes dos actos de violência doméstica possam ser dirimidos administrativamente pelos órgãos públicos ou privados vocacionados para o efeito, embora as vítimas tenham direito a pedir uma indemnização. É ainda permitido a quem seja chamado para intermediar uma questão de violência doméstica apoiar-se em técnicas de negociação que privilegiem a reconciliação⁷.

A lei define também no artigo 25º alguns aspectos que constituem crime de natureza pública que são: *a) a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irresistível; b) a falta reiterada de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida; c) o abuso sexual a menores de idade ou idosos sob tutela ou guarda e incapazes; d) a apropriação indevida de bens da herança que pelo seu valor pecuniário atente contra a dignidade social dos herdeiros; e) a sonegação, alienação ou oneração de bens patrimoniais da família, tendo em conta o seu valor pecuniário; e por último, f) a prática de casamento*

⁵ Cf. Artigo 2º da lei 25/11 de 14 de Julho de violência doméstica.

⁷Cf. nº1 e nº3 do artigo 18º.

tradicional com menores de catorze anos de idade ou incapazes⁸. Esses crimes são condenados na pena de prisão de dois a oito.

A natureza pública permite a denúncia por qualquer pessoa, para que se dê início ao procedimento criminal, e, mais importante, não admite a desistência por parte da vítima (Sebastião, 2015:3).

A lei também prevê os procedimentos que a vítima deve tomar em caso de violência doméstica; desde logo, pedir ajuda hospitalar (em caso de agressão física, por exemplo) ou de um psicólogo (em caso de violência psicológica, por exemplo) e, se se pretende que o agressor seja punido, deve, em simultâneo, apresentar queixa contra o agressor junto da unidade de polícia mais próxima ou de uma outra instituição indicada para tal. Os eventuais apoios médicos, psicológicos, sociais ou jurídicos prestados às vítimas de violência doméstica são gratuitos pelo menos até ao momento em que cesse o estatuto de vítima (Sebastião, 2015:5).

Apresentada a queixa ou feita a denúncia, caso haja receio de ameaça ou actos de vingança, ou na eventualidade de se recear pela perturbação da privacidade da vítima, pode ainda o Ministério Público ou o juiz aplicar as seguintes medidas de protecção: *a) encaminhar a vítima de violência doméstica provisoriamente para um espaço de abrigo temporário; b) proibir o contacto entre a vítima e o agente em locais que impliquem diligências na presença de ambos, nomeadamente nos edifícios dos tribunais e outros; c) determinar o apoio psicossocial por período não superior a seis meses, salvo se circunstâncias excepcionais impuserem a sua prorrogação; d) proibir ou restringir a presença do agente do crime no domicílio ou residência em lugares de trabalho, de estudos e outros regularmente frequentados pela vítima; g) determinar o regresso à residência a quem dela haja saído por razões de segurança pessoal, apenas na presença da autoridade competente⁹.* Porém, estas medidas muitas vezes não sem fazem sentir na prática por vários motivos que mais tarde desenvolveremos com mais detalhe com base nas entrevistas que foram aplicadas às vítimas.

Com efeito, caso se apure a veracidade da agressão, o agressor pode ver a sua liberdade privada. Neste caso, distinguem-se duas situações: a primeira, a situação de

⁸Cf. nº1 do artigo 25º.

⁹ Cf. alínea a,b,c do artigo 12º da Lei 25/11 de 14 de Julho.

privação da liberdade em flagrante delito e, a segunda, a de *privação da liberdade que pode ocorrer fora do flagrante delito*. Sendo assim, no artigo 22º da lei nº 25/11, se o agente do crime de violência doméstica for detido em flagrante delito, permanece nesta situação até que seja presente ao magistrado competente para o interrogatório ou ao juiz, para a audiência de julgamento sumário. E fora do flagrante delito, a detenção do agente do crime de violência doméstica só pode ser efectuada por mandado do Ministério Público, se houver perigo de continuação da actividade criminosa ou se isso for imprescindível à segurança da vítima nos termos previstos na lei¹⁰.

A presente lei nº 25/11 de 14 de Julho sobre a violência doméstica foi regulamentada e aprovada pelo decreto presidencial nº 124/13, de 28 de Agosto de 2013¹¹

O diploma é composto por 33 artigos e oito capítulos que foram regulamentados da seguinte forma: no Capítulo I, objectivos e âmbito, destaca-se a definição mais abrangente sobre a aplicabilidade da lei sobre os infractores. No Capítulo II, princípios no atendimento à vítima, destaca-se o tratamento com dignidade, não discriminação, sigilo profissional e celeridade no tratamento dos casos. No capítulo III, protecção a vítima, destacam-se os artigos 6º serviços especializados e 7º medidas de prevenção. Capítulo IV, centro de aconselhamento e familiar. No Capítulo V, emissão da declaração de vítima, destacamos o da alínea b) do artigo 13º, prioridade no atendimento, nos exames médicos forenses pelas autoridades competentes. No Capítulo VI, instrução, procedimentos e remessas, destacamos o artigo 15º sobre os procedimentos da instrução dos processos. O Capítulo VII debruça-se sobre a reabilitação do agressor e, por último, no Capítulo VIII, espaços de abrigo, destacamos o artigo 25º sobre os objectivos de espaços de abrigo: a) Garantir a integridade física e psicológica das vítimas em risco de vida e impedir a repetição da agressão; b) Promover condições objectivas de inserção social da vítima conjugando as acções dos espaços de abrigo com programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros; c) Promover suporte informativo e acesso a serviços informando as vítimas dos seus direitos como cidadãos e os meios para efectivá-los;

¹⁰ Cf. artigos 22º e 23º lei 25/11 de 14 de Julho.

¹¹ Regulamento da lei nº 25/11 de 14 de Julho sobre a violência doméstica foi aprovado pelo decreto presidencial nº 124/13, 28 de Agosto.

Acabamos assim fazendo a descrição de alguns dos aspectos que consideramos que são mais importantes na lei nº 25/11 de 14 de Julho de violência doméstica.

2.2 Caracterização dos informantes

A amostra usada para a elaboração deste projecto é composta por três técnicos que trabalham nas instituições em análise e por 25 mulheres vítimas de violência doméstica. Desde logo, entrevistar os técnicos era crucial dado que são eles que prestam o atendimento às vítimas de violência doméstica e conjugal e não só, na Direcção da Família e Promoção da Mulher, nos Serviços de Investigação Criminal e no Tribunal da Comarca da Lunda-Norte. A pesquisa incidiu precisamente sobre estas três instituições; a seleção destas deveu-se ao facto de serem as únicas instituições na cidade do Dundo com áreas especializadas em matérias relacionadas com a violência doméstica.

2.3 Processamento e tratamento dos casos (fluxograma), e caracterização das instituições

Em 1991, foi criada a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher (SEDM), cujo principal objectivo era tratar de assuntos relacionados com a promoção da mulher a vários níveis, incluindo a sua integração no processo de desenvolvimento e a defesa dos direitos da mulher¹². Com a introdução de conceitos de família, o SEDM foi convertido em Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) em Setembro de 1997.

Desde então, o Ministério da Família e Promoção da Mulher é o órgão central do Governo encarregue de definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e sociedade em geral.

Para a realização dos seus objectivos, o Ministério da Família e Promoção da Mulher tem como atribuições principais: a) Participar obrigatoriamente na definição das estratégias, políticas e programas de desenvolvimento de forma a garantir a protecção e promoção da mulher bem como contribuir para a unidade e coesão da família; b) Elaborar

¹² Criação do Ministério da família e promoção da mulher, disponível em www.minfamu.gov.ao

estratégias, planos e programas para a promoção da mulher em todos os sectores da economia e da sociedade nacional; c) Promover a participação equitativa da mulher nos órgãos de tomada de decisão, desencadeando as acções necessárias para a sua plena integração na vida económica, científica, profissional, cultural e social do país; d) Promover, de uma forma multidisciplinar, programas e acções visando a informação, sensibilização, educação e formação do meio urbano em questões sobre família e de mulher; f) Representar junto de organizações nacionais e internacionais, em conferências, seminários e outras reuniões relacionadas com os objectivos do Ministério; g) Desenvolver quaisquer outras acções que, no quadro da sua competência, se mostrem necessárias para o cumprimento das suas funções.

Como podemos ver, o MINFAMU trata das questões de igualdade de género e de violência doméstica tanto a um nível geral e abstracto, que se traduz na implementação dos programas e planos nacionais para a protecção das famílias e promoção das mulheres em geral, como também a um nível individual e concreto, dado que lida com casos concretos de violência doméstica (Gavião, 2015).

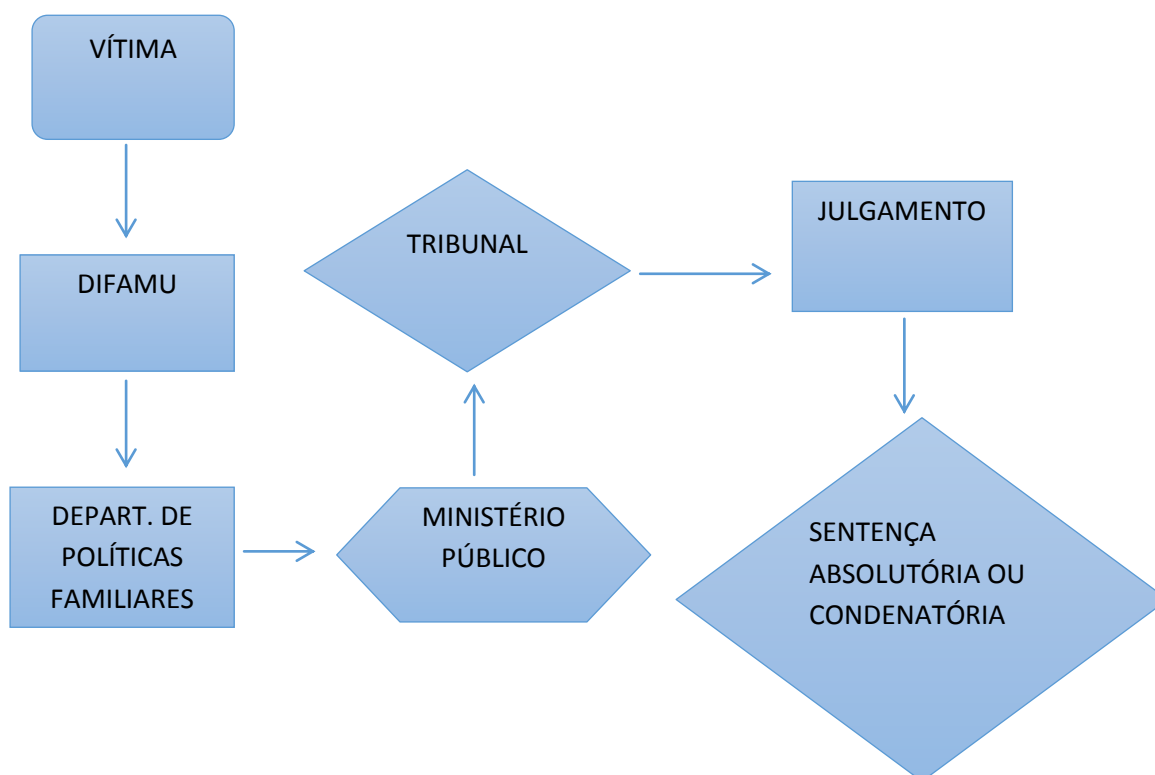
Como já nos referimos, As Direcções Provinciais da Família e Promoção da Mulher são órgãos descentralizados com dupla dependência, metodologicamente subordinadas ao Ministério e administrativamente ao Governador Provincial¹³. Estas delegações regem-se por um regulamento próprio.

Assim, os fluxogramas que se seguem explicam, de uma forma sintética, os procedimentos e as dinâmicas nas associações, quando às vítimas fazem queixas. Entretanto, os profissionais destas associações que procedem ao atendimento das vítimas são tanto homens como mulheres.

¹³ Estatuto Orgânico do Ministério da Família e Promoção da Mulher, ponto 1 do artigo 17º (órgãos locais).

Os procedimentos a seguir são da **Direcção da Família e Promoção da Mulher**:

Figura 1



Fonte: elaborado pela autora

Os passos seguidos quando uma vítima faz a queixa na Direcção da Família e Promoção da Mulher são os seguintes:

- 1- A vítima faz queixa na DIFAMU, especificamente, no Departamento de Políticas Familiares.
- 2- A vítima presta as declarações em relação à violência de que foi alvo, os técnicos registam o ocorrido em uma ficha específica para estes casos.
- 3- Abre-se o processo.
- 4- É enviada uma notificação para o(a) agressor(a), para que se faça presente na data indicada.

- 5- São explicados os motivos da notificação ao agressor(a).
- 6- Ouvem-se as declarações do(a) agressor(a).
- 7- Instrui-se o processo-crime e este é reencaminhado para o Ministério Público.
- 8- O Ministério Público promove os factos e envia o processo para o Tribunal.
- 9- O Tribunal recebe o processo, faz-se o julgamento e os casos são encerrados com uma sentença condenatória ou absolutória e encerra-se o caso.

É importante ressaltar que o fluxograma acima explica o processamento dos casos nas categorias da violência física, psicológica, sexual e laboral. Na categoria económica, os casos são da competência do órgão em epígrafe DIFAMU; nessa instância dá-se o devido aconselhamento e os membros retornam para o convívio familiar. Os casos que transcendem as suas capacidades são encaminhados para as autoridades competentes no caso do Ministério Público, para os Serviços de Investigação Criminal, ou para o Tribunal. Tal acontece quando não há entendimento com o(a) agressor(a) ou quando o acto é de cunho criminal.

Quanto às medidas de coacção contra o(a) agressor(a), esta associação não tem competências para as tomar. Nos casos em que não há entendimento com o(a) agressor(a) ou este(a) excedeu o número de pedidos de comparência, a Direcção da Família e Promoção da Mulher envia o processo para o Ministério Público junto do Tribunal para que se tomem as medidas de coacção contra o(a) agressor(a).

As questões colocadas às vítimas na DIFAMU quando esta faz a queixa são seguintes: o que lhe fez vir aqui? Esta é a primeira vez que aqui vens? Tens processo aberto cá? Qual é a violência que sofreu? Porém, como podemos constatar, estas questões não ajudam a vítima a debruçar-se com profundidade sobre a situação que lhe aflige, pelo facto de serem questões fechadas.

Por isso, há necessidade de se desenvolver mais questões que possam auxiliar as existentes, de preferência do tipo “como podemos ajudá-lo?”, “diga-me, por favor, como está a lidar com a situação?”, “de que forma esta situação lhe está a afectar?”. Estas e mais

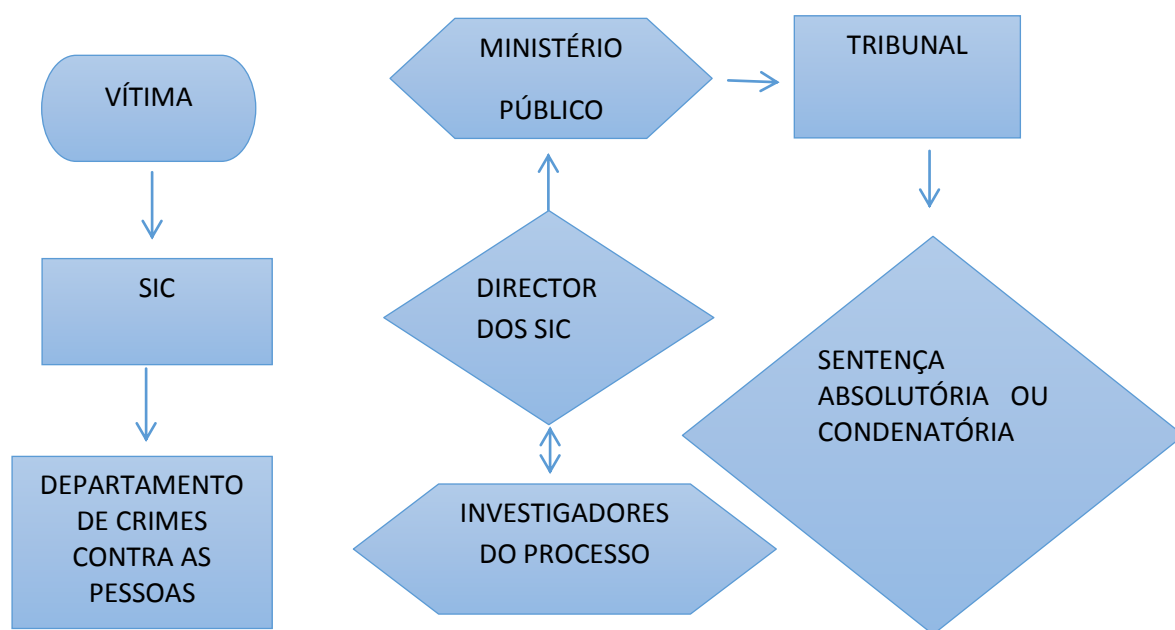
outras questões, preferencialmente de carácter aberto, se forem feitas com conhecimento, permitem a vítima discorrer sobre a situação e, por conseguinte, estabelecer uma relação de confiança com o profissional.

Os Serviços de Investigação Criminal é um órgão executivo central do Ministério do Interior, criado ao abrigo do decreto presidencial nº 209/2014 de 18 de Agosto, hierarquicamente na dependência do Ministério Interior.

Este órgão tem como responsabilidade auxiliar as autoridades judiciais na administração da justiça nos termos da lei, realizar instruções preparatórias nos processos - crime em todas as causas da sua competência, controlar o potencial delito, de acordo com o seu grau de risco social, investigar e descobrir os autores do crime.

O fluxograma a seguir explica os procedimentos que são seguidos na direcção dos **Serviços de Investigação Criminal**:

Figura 1



Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos procedimentos dos Serviços de Investigação Criminal, não há grandes diferenças em relação aos procedimentos que são seguidos na Direcção da Família e Promoção da Mulher a saber:

- 1- A vítima faz a queixa diretamente nos SIC ou numa esquadra policial.
- 2- A queixa é encaminhada para o Departamento de Crimes contra pessoas, incluindo também a violência doméstica.
- 3- O Director dos SIC autoriza a instrução do processo.
- 4- Os investigadores fazem a recolha das provas para que se averigúe a veracidade dos factos, para a constituição do processo.
- 5- Após a recolha das provas, o processo é remetido ao Director da SIC para que autorize o encaminhamento para o Ministério Público.
- 6- O processo é encaminhado para o Ministério Público, e o Ministério Público promove os factos e envia o processo para o Tribunal da Comarca da Lunda-Norte.
- 7- O Tribunal recebe o processo, faz-se o julgamento e os casos são encerrados com uma sentença condenatória ou absolutória.

Quanto às medidas de coacção, esta instituição tem a competência para deter o infractor numa situação em que os actos constituam flagrante delito. Nesta circunstância o detido mantém-se privado da sua liberdade até ser presente ao magistrado competente para interrogatório ou juiz para audiência de julgamento sumário.

De acordo com o técnico as questões colocadas às vítimas no momento da interrogação são: porque bateu? Qual foi a causa? Como bateu? Qual é a motivação que lhe levou a fazer isso? Estas questões são feitas pelo técnico do Departamento de crimes contra as pessoas onde está também incluído crimes de violência doméstica.

2.4 Referências conceptuais

Devido à relevância do tema e dada a sua complexidade, vários autores se propuseram abordá-lo com definições consensuais na perspectiva de criar políticas públicas no sentido de prevenir e encontrar mecanismos para a prevenção ou mesmo erradicação do fenómeno.

A OMS define a violência como o uso intencional de força física ou poder ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS, 1996).

É consensual que a violência doméstica possa ser caracterizada como toda e qualquer situação em que uma criança, adolescente ou adulto que coabite de uma forma regular ou esteja ligado por laços materiais e/ ou relacionais com outrem sofra, por parte dessa pessoa, algum dos tipos de abuso referidos: físicos, psico-emocional, negligência ou abuso sexual (Maia, s. d.: 5).

O conceito de violência é dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido assumida em função de normas que variam consoante os contextos e podem não ser partilhadas por todos; os mesmos factos não são sempre apreendidos nem julgados segundo os mesmos critérios, assim, assiste-se a uma variação temporal e espacial do seu significado (Lisboa *et al.*, 1997).

Entender a violência doméstica, que ocorre no âmbito familiar, é bastante difícil ou quase impossível devido ao seu carácter.

Para alguns autores, a violência doméstica é “o exercício da força física e do poder sobre outro, normalmente com o objectivo de controlar, retirar poder e/ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade, parentesco, dependência ou confiança” (Monteiro, 2000). Para outros, é um padrão de comportamentos abusivos que incluem vários tipos de maus-tratos, desde físicos, sexuais e psicológicos, usados por uma pessoa contra a outra, num contexto de intimidade, com o objectivo de adquirir poder ou de manter essa pessoa controlada. Ou ainda, qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer meio, qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro, ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como ascendentes e descendentes (Relatório *Intercalar de acompanhamento do plano Nacional Contra a violência Doméstica*, 2000), citado por Lisboa *et al.* (2006:43).

A violência doméstica cometida pelos parceiros, ou seja, pelos namorados, esposos ou companheiros, continua a ser um fenómeno ainda amplamente oculto, o que muitas vezes dificulta a implementação de políticas públicas para a eliminação deste problema na expressão da questão social.

A violência pode expressar-se segundo características mais marcantes – físicas, psicológicas, sexual, discriminação e constrangimento social – ou combinar algumas destas formas. Ocorre, também, em diferentes contextos: no espaço doméstico, de trabalho ou em locais públicos e pode, ainda, corresponder a um acto isolado ou inserir-se numa trajectória de violência mais ou menos prolongada no tempo (Lisboa *et al.*, 2006:44).

A violência contra a mulher acarreta vários custos ao nível das relações interpessoais e profissionais, custos com a saúde física e psicológica. Os danos causados pela violência poderão ser observados em toda a vida da mulher, principalmente, devido à carência de serviços adequados para o atendimento das mulheres que tomam coragem para procurar ajuda, somada à falta de políticas públicas eficazes no combate e na prevenção das situações de violência (Nascimento, 2011).

Para que possamos entender a questão da violência contra a mulher torna-se indispensável a apresentação de alguns conceitos de violência propriamente dito:

Violência física: todo e qualquer acto que leve à aplicação sobre a vítima de uma agressão física, independentemente do *modus operandi* e dos meios com que se concretiza (recurso a agressões com membros do corpo do agressor, através de murros e pontapés, ou com objectos, como facas e outras armas perfurantes, armas contundentes, armas de fogo, etc.) (Maia, 2005:3).

Esta violência é mais perceptível por deixar marcas no corpo, através de pontapés, socos, ferimentos com a faca ou arma de fogo; muitas dessas agressões físicas culminam em mortes.

Violência psicológica: sempre que, de forma activa ou omissa, alguém inflige sobre outra pessoa acção ou omissão que leva a prejuízo da identidade, auto-estima, amor próprio, autoconfiança, ou do desenvolvimento integral da pessoa. Essa violência surge no âmbito de uma relação privilegiada que leva à anulação e ao sofrimento do outro (Maia, 2005:3).

Esta violência por ser mais subjectiva tem sido difícil de se distinguir em pessoas que já a sofreram e, em muitos casos, está em consonância com a violência física; por ter um carácter invisível é muitas vezes ignorada pelos profissionais dos serviços de atendimento de vítimas de violência e em centros de saúde, privilegiando-se assim a física.

Violência verbal: sempre que o autor utilize termos depreciativos e vexatórios que levem a vítima a sentir-se oprimida, envergonhada, desprezada, desconsiderada, colocando-a num estado de sofrimento psicológico e emocional e contribuindo para o acentuar da sua auto-anulação, no âmbito de uma relação privilegiada de dependência (Maia, 2005:3).

Esta violência está de mãos dadas com a violência psicológica e pode ser mais nefasta que a violência física; provoca na vítima danos irreversíveis para toda a vida. Uma das consequências nefastas a que esta violência conduz é o suicídio, quando a vítima não consegue mais lidar com as situações de violência a que é submetida.

Violência sexual: sempre que o autor impeça um indivíduo adulto de ser livre na sua determinação sexual (crime contra a liberdade sexual) ou um menor na sua capacidade de autodeterminação sexual (crime contra a auto-determinação) e que recorra à violência ou ameaças envolvendo violência física, psicológica, verbal, etc. Geralmente, o exercício do poder abusivo é feito colocando a vítima numa situação de incapacidade de resistência, seja pelo recurso a meios suficientemente intimidatórios (por exemplo, utilização de armas), ou ameaçadores (relativamente aos potenciais efeitos da sua não colaboração) ou mesmo pela utilização de substâncias que impeçam a resistência da vítima (Maia, 2005:4).

Esta violência é muitas das vezes encoberta por vítimas ou familiares das vítimas, por ocorrer inúmeras vezes no âmbito restrito e muitas das vezes os perpetradores são os próprios pais, tios, irmãos, esposos ou companheiros. Por ser uma violência muito estigmatizada pela sociedade, quando isso acontece em casos íntimos principalmente com a mulher, esta pensa que é sua obrigação servir o seu esposo a qualquer hora e momento; isso faz com que ela não se pronuncie sobre o acto, o medo de retaliação por parte da comunidade, é também uma das situações que faz com que as pessoas não denunciem os autores. Por essa e outras situações têm-se registado poucos casos desta violência nas instituições de atendimento às vítimas.

Violência económica: Esse tipo de violência expressa-se através de actos relacionados com os bens materiais, geralmente associados à independência e autonomia de mulher (Mendes, 2005), citado por Nascimento (2010:32).

Esta violência tem grande repercussão na vida das mulheres e consiste em questões como o não pagamento de mesada/pensão, privação de bens, fuga à paternidade, abandono do lar e desalojamento. E é a violência que regista o maior número de casos nas associações em estudo segundo os dados estatísticos fornecidos por elas.

Portanto, a definição de violência é a inclusão de todos os tipos de violência contra o ser humano que aqui foram descritos e os que não foram. Todos têm algo em comum, deixam marcas psicológicas ou físicas, isto é, toda a violência provoca danos na vítima de uma forma ou de outra.

2.5 Principais formas de violência contra a mulher em Angola

A violência contra a mulher é aquela que lhe é dirigida com o objectivo de denegrir a sua imagem; esta violência pode ser física, económica, psicológica ou emocional.

De acordo com a declaração das Nações Unidas, de 1993, a violência contra a mulher é compreendida como “qualquer violência de género que resulta em danos psicológicos, físicos e sexuais incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada” (Grossi, 1996:134), citado por (Nascimento 2010:28).

Desde muito cedo mulheres de todo mundo vêm lutando pela emancipação da mulher em várias vertentes sociais, estas lutas englobam todas as mulheres sem distinção da sua orientação sexual, país, raça e crenças religiosas.

O movimento feminista pode ser compreendido como um movimento social de cunho político cujo objectivo é conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres e romper com a relação desigual estabelecida socialmente entre ambos. Suas raízes históricas estão firmadas na Revolução Francesa, onde as mulheres passaram a reivindicar maior visibilidade e espaço para suas manifestações. Alguns direitos foram conquistados

mediante muita luta, destacando o direito ao divórcio, à educação, etc. Em França, em 1789, a Assembleia Constituinte francesa promulgou a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, e a revolucionária Olympe de Gournay propôs a “Declaração dos Direitos da Mulher”, que continha reivindicações feministas e um “carácter eminentemente político” (Tavares, 2013:06).

Os movimentos feministas modernos no ocidente estão divididos em três ondas, a primeira surge no século XIX e vai até ao começo do século XX, a segunda onda inicia na década de 60 e vai até à de 80, e a terceira, e a última inicia em 1980 e vai até ao começo da década de 2000. Todas essas ondas tiveram ou têm objectivos diferentes, sendo que todos esses objectivos tiveram alvo a promoção da mulher.

As desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres são difundidas ainda na infância, através de uma educação diferenciada, baseadas em conceitos socialmente constituídos e transmitidos de geração para geração. São construídas actividades consideradas femininas e masculinas que determinam uma relação desigual entre homens e mulheres. Estas são reproduzidas cotidianamente e “naturalizadas”. A título de exemplo, os meninos são instruídos a brincar com a bola, com o carrinho e não devem chorar, enquanto as meninas devem comportar-se com ternura e delicadeza, além de ajudar as mães nos afazeres domésticos (Tavares, 2013).

Desde os primórdios, as sociedades africanas, em geral, e angolanas, de modo particular, foram construídas com uma base exacerbada nas desigualdades baseadas no género. “A Mulher Africana em muitos países encontra-se muitas vezes em situações de dependência psicológica dos seus esposos ou companheiros, devido a estereótipos ancestrais que só serão possíveis de serem debelados com o passar de mais algumas gerações”¹⁴.

Nas camadas mais desfavorecidas, sobretudo as que residem no meio rural, as mulheres são duplamente sacrificadas, porque, para além de carregarem o complexo de “inferioridade”, têm que lidar, quase sempre sós, com o cuidado da casa, dos filhos e da lavoura, e, por outro lado, enfrentam, de forma acrescida, e muitas vezes em silêncio, a violência doméstica.

¹⁴<http://monicaaguarsouza.blogspot.pt/2012/07/hoje-e-dia-da-mulher-africana.html>.

Nos países africanos, em especial em Angola, a violência contra a mulher ainda é muito influenciada pelas questões culturais, apesar de existirem leis que proíbem a prática destes actos. Outros exemplos de violência contra a mulher são a circuncisão feminina no caso da Guiné-Bissau, e de outros tantos países da África subsaariana, o casamento precoce, a proibição das raparigas de frequentar a escola; em algumas culturas ou segundo algumas tradições, a escola é o lugar para a camada masculina e não feminina, sendo assim reservado para as raparigas o espaço doméstico.

Segundo a OMS, a violência contra as mulheres é uma degradação inaceitável dos direitos da mulher. No seu pior, a discriminação sexual assume a forma de violência do homem sobre a mulher. A coacção e a violência sexual prevalecem em muitos países africanos e tendem a aumentar em situações de crise, tais como as catástrofes naturais e os conflitos armados. A violência contra as mulheres torna-se particularmente perniciosa em certas práticas tradicionais nocivas, tais como a mutilação genital feminina, que estima-se que seja impingida, todos os anos, a mais de dois milhões de crianças entre os quatro e os doze anos de idade, e calcula-se que 92 milhões de mulheres e jovens com mais de 10 anos de idade estejam a viver com a indignidade e a dor resultante desses abusos (OMS, 2014:2).

Na sua maioria, os casos de violência contra a mulher são perpetrados pelos parceiros. Observa-se que essa violência pode ser reproduzida de diferentes maneiras, variando desde o plano simbólico, estabelecendo papéis sociais e sexuais impostos, até a violência física. “O homem violento utiliza diversos padrões de comportamento visando subjugar a companheira à sua vontade, impondo sua masculinidade, por meio de relações hierárquicas e desiguais” (Grossi, 1996:134), citado por Nascimento (2010:35).

Em Angola, a violência é perceptível no dia-a-dia da vida das mulheres em vários aspectos, seja ela física, económica, psicológica, sexual, emocional ou invisível, em que as mulheres não se vêem como vítimas de violência; esta última insere-se no modelo de violência simbólica proposto pelo Bourdieu, que a define como violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce, essencialmente, pela via puramente simbólica da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 1999:8), citado por Tavares (s. d.:2).

Assim, devido aos actos de violência a que são submetidas nas suas relações e não só, as mulheres procuram ajuda e formalizam as queixas/denúncias; isso implica que o atendimento a essas vítimas seja proporcionado através de uma equipa multidisciplinar que possa contemplar a trajectória da violência sofrida pela vítima, se for o caso. Do tipo de violência sofrido, ou da combinação de todos os tipos de violência, dependerá o apoio e o tipo de protecção que a vítima necessitará.

2.6 – Dados estatísticos

As manifestações de violência física, psicológica, económica, laboral e sexual contra as mulheres por parte do seu cônjuge ou companheiro mostram uma alta prevalência em Angola. A maioria destas agressões não se reflecte nas estatísticas, já que muitas destas mulheres não procuram os serviços disponíveis (*Relatório estatístico de análise dos dados estatísticos sobre violência doméstica em Angola, 2010*).

A partir dos dados que nos foram fornecidos pelas direcções provinciais relacionados com o tipo de violência, número de vítimas e o género, relativamente aos anos de 2015 e de 2016, apresentamos em cálculos percentuais os totais anuais de cada tipo de violência.

A Direcção da Família e Promoção da Mulher registou em 2015 um total de 434 queixas; 98,43% dos casos reportados correspondem a queixas sobre a conjugação de todos os tipos de violências, apresentando assim com maior índice a violência económica com 61,81%, a violência psicológica com 23,27%, violência física com 8,98% e, por último, a violência laboral com 4,38%.

Em relação às características dos intervenientes, as vítimas são maioritariamente mulheres (87,81%) e os autores dos actos são na sua maioria homens (91,8%), contra os 12,18% em que a mulher assume o papel de agressora. Quanto à relação da vítima com o agressor, nas relações físicas, a relação é de cônjuge, enquanto na falta de prestação de alimentos à criança, a relação é de filiação.

Dos 434 casos reportados pela DIFAMU correspondentes a queixas sobre a conjugação de todos os tipos de violência no ano de 2015, foram dirimidos por esta entidade 321 casos da categoria económica e os restantes 113 processos foram encaminhados para o Ministério Público inseridos nas categorias de violência psicológica, física e laboral, categorias em que os actos constituem crime.

Em relação ao ano de 2016, a Direcção da Família e Promoção da Mulher registou o total de 98,26% que corresponde a 117 casos. Relativamente ao número total de casos de violência registados no referido período, a violência psicológica registou 19 casos, perfazendo assim 23%, a violência laboral e a sexual foram as que poucos casos registaram cada uma com 1,70%, a física com 4,27% e, por último, mais uma vez a violência económica volta a protagonizar com 89 casos, cifrada em 76,06%.

Dos 117 casos da conjugação das queixas de todo o tipo de violência registadas ano de 2016, foram encaminhados 21 processos para o Ministério Público e 7 para os Serviços de Investigação Criminal, quando os actos de violência constituíam crime.

Os Serviços de Investigação Criminal, nos anos de 2015 e 2016, registaram 80 episódios; entre os quais destacam-se 38 crimes de violação de menores e 42 crimes de violência física contra a mulher; os agressores na sua maioria (99,98%) são homens. Dentre estes casos, os SIC enviaram 70 processos para o Ministério Público para que se desse o devido tratamento destes.

O Ministério Público, por sua vez, nos anos de 2015 e 2016, recebeu da Direcção da Família e Promoção da Mulher e dos Serviços de Investigação Criminal um total de 204 casos. O Ministério Público acusou e encaminhou para o tribunal cerca de 115 casos.

Dos 115 processos encaminhados pelo MP, foram julgados e condenados 110, com pena suspensa substituída por multa e outros com pena substituída pela obrigação de pensão de alimentos. Os cinco restantes foram condenados com uma pena que vai de 2 a 8 anos de prisão; entre os crimes cometidos estão o abuso sexual a menores de idade e crimes de ameaça com arma de fogo. Os indivíduos condenados são todos do género masculino.

Paralelamente o Tribunal da Comarca da Lunda – Norte condenou também no ano de 2015 duas senhoras acusadas do crime de ofensas corporais voluntárias; as mesmas

estiveram detidas durante 58 horas. Portanto, o Tribunal da Comarca da Lunda – Norte, no ano de 2015 até ao segundo semestre de 2016, condenou um total de 112 indivíduos, 110 do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

Apesar de homens e mulheres poderem ser responsáveis por actos violentos, as evidências estatísticas apontam para o facto de existir uma maior incidência de violência sobre as mulheres, sendo a maioria dos agressores do sexo masculino; as mulheres possuem um maior risco de vitimização no seio do casal (Manita, 2005).

CAPÍTULO III

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

3.1 Sujeitos da pesquisa

3.1.1 Técnicos

Entrevistámos três técnicos que lidam com as situações de denúncias de vítimas de violência doméstica. Todos eles desempenham funções de chefia em áreas estritamente ligadas aos assuntos relacionados com a violência doméstica. Todos os entrevistados são do sexo masculino com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos. Os cargos desempenhados pelos técnicos entrevistados são os seguintes: Chefe do Departamento de Políticas Familiares (DIFAMU); Chefe do Departamento de crimes contra as pessoas (SIC); Juiz do Tribunal da Comarca da Lunda – Norte (Tribunal).

3.1.2 Vítimas

Foram igualmente entrevistadas 25 vítimas que foram encontradas nas direcções no momento em que faziam as queixas ou denúncias. Em relação aos dados socioculturais foram recolhidas informações em relação à idade, número de filhos, estado civil e nível de instrução. A idade das vítimas está compreendida entre os 18 e os 50 anos; a maioria delas vive em união de facto com os seus parceiros. O número total das vítimas foi recolhido em duas instituições: a Direcção da Família e Promoção da Mulher e nos Serviços de Investigação Criminal.

3.2 Instrumento para a recolha de dados

Para a recolha de dados optámos por elaborar dois guiões de entrevista semiestruturada (cf. apêndices A e B). O questionário B é constituído por 6 módulos que abrangem várias questões relacionadas com o problema aqui analisado; o primeiro questionário (A) foi aplicado aos técnicos e o segundo, questionário B, às vítimas. Este

último serviu para analisar os seus pontos de vista relativamente ao atendimento nestas instituições.

Para a compreensão das dinâmicas dos processos dentro destas instituições e os procedimentos que são seguidos para a resolução dos casos de violência, usámos uma abordagem qualitativa que nos permitiu recolher dados para dar resposta aos nossos objectivos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2002:21), citado por Sequeira (2014:16).

Desta forma para a concretização deste estudo de natureza qualitativa, os instrumentos e técnicas empregados foram: I) a observação directa nas instituições aquando do atendimento às vítimas com a utilização de um bloco de anotações, II) aplicação de entrevistas semiestruturadas com os profissionais e vítimas, III) conversas informais com os técnicos e vítimas; estes instrumentos e/ou técnicas foram escolhidos porque fornecem informações concisas para a concretização dos objectivos do estudo.

Como entrevista semi-estruturada entende-se aquela que combina as perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo), citado por Nascimento (2011:43).

As entrevistas com os técnicos tiveram em média 20 minutos; com as vítimas as entrevistas tiveram uma duração média de 8 a 10 minutos, devido às dificuldades encontradas no decorrer de algumas destas, como por exemplo o abandono da entrevista antes do seu término.

Quanto à localização das entrevistas, com os técnicos estas decorreram em seus locais de trabalho e, no caso das vítimas, a maioria das entrevistas foi feita nas instituições onde se encontravam a fazer as suas denúncias ou queixas; também foram incluídas entrevistas a mulheres/vítimas que já fizeram queixas/denúncias nessas instituições.

No roteiro da entrevista aos técnicos, abrangem-se as questões que estão relacionadas com os procedimentos de atendimento às vítimas nas instituições em análise: a protecção das vítimas, o apoio, as suas análises quanto à lei nº 25/11 de violência doméstica, condições em que o processo é encaminhado para o tribunal. O roteiro de entrevista às vítimas é composto por 6 módulos abrangendo as principais questões que irão permitir identificar a satisfação das vítimas em relação aos serviços prestados pelos profissionais dessas associações.

3.3 Metodologia

A pesquisa tem como suporte fontes bibliográficas que abordam o tema; o estudo empírico é de cunho qualitativo.

A população alvo é constituída pelos técnicos das instituições e vítimas de violência doméstica. A amostra foi escolhida e dividida; a primeira amostra é composta por 3 técnicos, entre eles um da Direcção da Família e Promoção da Mulher, um dos Serviços da Investigação Criminal, e um do Tribunal da Comarca da Lunda – Norte; alguns destes técnicos desempenham as funções de chefia nestas instituições. Para a constituição da outra mostra, foram seleccionadas mulheres que tivessem feito queixas em algumas das associações acima referidas. A caracterização sociocultural foi efectuada na recolha de dados tendo em conta o número de filhos, o nível de instrução e a idade

Desde o início da pesquisa, à recolha de dados e análise destes decorreu entre Setembro de 2016 e Janeiro de 2017. Aplicou-se questionários, que foram preenchidos em papel, e realizou-se entrevistas que foram gravadas e transcritas para a base de dados final conforme as regras exigidas para uma abordagem qualitativa.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação dos resultados

Neste capítulo, apresentar-se-ão os resultados mais relevantes obtidos nas respostas às entrevistas aplicadas aos técnicos. Quanto aos aspectos considerados pertinentes, estão incluídas as principais questões direccionadas para o objectivo da pesquisa; estes aspectos reflectem-se nos seguintes pontos: I) entender os procedimentos e as dinâmicas dentro destas instituições quando a vítima faz a queixa; II) compreender os mecanismos usados na protecção e o apoio prestado às vítimas; III) analisar a aplicação da lei 25/11 de violência doméstica e as condições em que o processo é encaminhado para o tribunal.

4.2 Entrevistas aos técnicos

Os técnicos trabalham na área de violência doméstica há muito tempo. No momento da pesquisa já todos estavam em cargos de chefia há 2 ou 4 anos.

Em relação às actividades exercidas pelos profissionais, o técnico (01) da Direcção da Família e Promoção da Mulher informou que exerce as funções de chefe do Departamento de Políticas Familiares. Este departamento é responsável pelo atendimento às vítimas de violência doméstica/conjugal, tendo como objectivo aconselhar as famílias a respeito da conduta de cada um dos seus membros, por exemplo a conduta do chefe de família e progenitor. Esta direcção encaminha os processos para outras instituições competentes quando as questões ultrapassam o nível de aconselhamento, por exemplo, no caso de haver um crime ou quando não há concordância com o agressor. O técnico informou que exerce esta função há 2 anos.

O técnico (02) dos Serviços de Investigação Criminal salientou que exerce as funções de Chefe do Departamento de Crimes contra pessoas, onde se enquadra também a violência doméstica. Este departamento tem o objectivo de instruir os processos-crime,

investigar os actos e encaminhar para as instituições competentes, no caso para o Ministério Público e para o Tribunal, para o seu julgamento. O mesmo técnico informou que exerce este cargo há 2 anos. Já o técnico (3) diz que exerce a função de Juiz presidente do Tribunal da Província da Lunda-Norte há 4 anos.

4.2.1 - Percepções dos técnicos em relação à violência contra a mulher

Várias pesquisas realizadas por vários cientistas sociais e não só em relação a esta problemática já comprovaram que não existe de momento uma definição consensual da violência até à data presente, por ser um fenómeno complexo e dinâmico. Tal como salientam Costa e Duarte, tais dificuldades na classificação de um conceito não se fazem sentir exclusivamente junto da comunidade científica, mas também junto da população em geral, na medida em que a idiossincrasia das situações violentas mediatiza percepções diferentes em função dos avaliadores, o que dificulta a compreensão dos resultados (Costa e Duarte, 2000), citado por Lisboa *et al.* (2006:42).

Os técnicos apontam a falta de diálogo entre os casais como um dos principais factores que está na base do desencadeamento de violência.

«há muitos factores na questão da estruturação das famílias, a pobreza, as constantes dependências financeiras ou económicas e a falta do diálogo entre os casais». (técnico 2)

«a falta de diálogo, o machismo do próprio homem, a discriminação...».
(técnico 1)

Os técnicos afirmaram também que, quando a mulher possui um nível de instrução aceitável e uma fonte de rendimento próprio, os casos de violência contra a mulher diminuem consideravelmente. De facto a autonomia económica e um nível de instrução aceitável são factores que podem inibir o aparecimento constante de situações de violência contra a mulher. Porém, o factor cultural também tem um grande papel no desencadeamento da violência contra a mulher, especialmente na sociedade angolana.

As mulheres africanas, em geral, e angolanas, em particular, não se emancipam socialmente devido às crenças culturais enraizadas e transmitidas de geração para geração nas camadas mais desfavorecidas, nomeadamente no meio rural, onde as mulheres são amplamente discriminadas devido a questões culturais. Tal como afirma Altuna (1993:257), no meio rural, fruto da influência cultural ancestral, não se observa uma igualdade democrática entre géneros, encarando-se a mulher como “elemento supletivo”, com um papel secundário na comunidade onde “não desfruta de um status social igual ao do homem”.

4.2.2 - Atendimento das mulheres em situação de violência doméstica

A violência psicológica e económica são as que mais casos registam na Direcção da Família e Promoção da Mulher segundo o técnico (01), enquanto nos Serviços de Investigação Criminal, segundo o técnico (02), a violência que dá mais entrada é a violência física, económica e sexual. Neste ponto, debruçar-nos-emos sobre os procedimentos de atendimento às vítimas de violência doméstica nas instituições em pesquisa.

Os técnicos informaram-nos sobre os procedimentos que têm seguido no encaminhamento dos casos de violência doméstica naquela instituição, conforme já explicámos anteriormente: primeiro a vítima faz a queixa no Departamento de Políticas Familiares e é atendida por um funcionário da direcção; são ouvidas as suas declarações, abre-se um processo e, por fim, passa-se uma notificação para o agressor.

Entrevistadora: quem tem encaminhado estas notificações aos agressores?

*«No caso dos agressores que trabalham na Função Pública, somos nós que encaminhamos as notificações para as áreas onde eles funcionam, agora para os desempregados a vítima é quem tem levado as notificações e entrega ao agressor...»
(técnico1)*

Realmente, como pesquisadora tive a oportunidade de estar durante 7 horas por dia nestas instituições e pude contemplar então esta prática de perto, ou seja, a distribuição distinta das notificações; este pormenor está ainda presente nas afirmações feitas pelas próprias vítimas entrevistadas.

No diploma nº 124/13 da regulamentação da lei 25/11, no artigo 7º sobre as medidas de prevenção no ponto 2, diz que *a vítima não pode ser portadora de notificação policial ou similar para ser entregue ao agressor (...)*, portanto, no nosso ver, o procedimento da entrega da notificação ao agressor que trabalha deve ser o mesmo a seguir para agressores desempregados, para que, assim, todas as vítimas possam ser protegidas da possível vitimização secundária.

Assiste-se aqui a uma banalização da violência sofrida pela mulher por parte dos funcionários desta instituição, tendo em conta o que a lei estipula; esse comportamento põe a segurança da vítima em perigo. A falta de qualificação na matéria pode ser também um dos factores que contribui para esta banalização. É precisamente nestas práticas que o conhecimento das particularidades do fenómeno por parte destes técnicos seria crucial. Este é, sem sombra de dúvidas, um dos piores erros que o sistema de atendimento às vítimas comete.

Neste sentido, por se tratar de uma instituição do estado, consideramos que não se deve proteger as vítimas em detrimento das suas classes sociais. Cientes de que a violência é uma questão de saúde pública que atinge todos os seres humanos e de que os actos de violência têm a mesma repercussão na vida de todos, achamos que todas as vítimas devem merecer a devida protecção.

Ressaltamos que esta situação acontece somente na Direcção da Família e Promoção da Mulher; nos Serviços de Investigação Criminal, as notificações são encaminhadas pelos próprios funcionários.

Segundo a OMS (2014) os profissionais que actuam nas áreas de saúde e em instituições de atendimento às vítimas devem possuir uma formação específica no âmbito em que actuam; isso facilita a actuação nos casos de violência, sendo que posteriormente pode ajudar na criação de mecanismos eficazes para a prevenção e eliminação do problema.

Alguns técnicos afirmaram ter participado em várias formações, a nível nacional e local, sobre as questões de género e de violência doméstica. Segundo eles, estas formações, por vezes, são ministradas pelos próprios técnicos da área em que trabalham ou pelos formadores que vêm da capital do país. Porém, alguns técnicos afirmam não ter

nenhuma formação na área em que actuam, salientando que se apoiam na experiência que obtiveram ao longo do seu percurso.

A lei nº 25/11 de 14 de Julho sobre a violência doméstica, no artigo 10º sobre a formação, refere que *“é assegurada a formação sobre as questões de género e violência doméstica a profissionais que intervenham no processo sobre a violência doméstica”*. De facto a formação do pessoal nas matérias relacionadas com a área em que actuam é imprescindível para a actuação nos casos relacionados com a violência doméstica; porém, embora esteja estipulado na lei, na prática, este pormenor está muito longe de ser realizado. Em baixo seguem algumas declarações relativas à questão da formação:

«ainda não tive até agora uma formação, bebo da minha experiência pessoal...». (técnico 2)

«já participei em várias formações, a nível nacional e local, estas formações foram ministradas pelo MINFAMU e DIFAMU». (técnico 1)

Tal como afirmam Bass e Davis (1988), citados por Maia (s. d.:70), o aconselhamento com um técnico especializado pode ajudar a vítima a lidar com estas questões e a iniciar o processo de recuperação.

A qualificação dos técnicos possibilita um atendimento de qualidade aos utentes. Os profissionais que trabalham nas áreas de atendimento às vítimas de violência muitas vezes deparam-se com situações em que a vítima não quer discorrer sobre a violência de que foi alvo, devido aos seus medos e anseios, sobretudo se esta violência for sexual. Assim, se o profissional estiver apto na matéria, encontrará os mecanismos necessários que o ajudarão a abordar a vítima de forma a que ela não se sinta pressionada ao expor-se.

«...são feitos exames clínicos só quando a vítima sofre a violência sexual e física, a psicológica não temos como fazer porque não temos especialistas, no caso de sociólogo ou psicólogo, não possuímos estas condições...e também não existem casas de abrigo, nestes casos a vítima faz a denúncia e retorna a casa» (técnico 2).

«não recebem o apoio de um assistente social ou psicólogo, nestes casos ela faz a queixa e retorna a sua casa» (técnico 1).

Os técnicos também salientaram que há falta de condições nas associações de atendimento às vítimas, em relação aos meios de protecção e apoio às vítimas, nomeadamente aos espaços de abrigo, apoio sociólogo e psicológico. A falta de meios supracitados é um dos desafios que os profissionais têm enfrentado no seu dia-a-dia quando se trata de proteger as vítimas de seus agressores.

Em Angola, em particular na cidade do Dundo, na maior parte das vezes, os profissionais destas instituições de apoio às vítimas preocupam-se mais com os aspectos físicos visíveis e com o registo da ocorrência. Nesse sentido, muitas mulheres não contam as situações de violência vividas e muitos profissionais não perguntam; tal deve-se também ao limitado tempo disponível para o atendimento. Assim, devido à falta da boa intervenção por parte dos profissionais em relação a esses aspectos, muitas situações de violência ficam “esquecidas”, mas continuam a atormentar a vítima ao longo da sua vida.

O que se observa em relação às pesquisas realizadas é que a violência psicológica está muitas vezes associada à violência física; porém, também sabe-se que nem sempre esta violência deixa marcas, por isso e também devido à falta de qualificação dos técnicos, muitas vezes a violência psicológica é ignorada, dando-se prioridade a ferimentos físicos, pois através destes é possível medir o problema quantitativamente.

Portanto, a falta de diálogo entre o profissional e a vítima e o tempo disponível para o atendimento à vítima são questões muito importantes nestes contextos, visto que é dialogando com a vítima de uma forma cuidadosa e serena que se consegue informações da violência sofrida; muitas vezes devido ao medo e anseios as vítimas não relatam toda a situação de violência antecedente perante os profissionais quando fazem as queixas, priorizando apenas os actos recentes.

A lei 25/11 no artigo 12º (**medidas de protecção**), na alínea c), prevê a necessidade de se *determinar o apoio psicossocial por período não superior a seis meses, salvo se circunstâncias excepcionais impuserem a sua prorrogação*. As duas instituições

pesquisadas, a DIFAMU e os SIC, não possuem especialistas sociais e nem psicólogos, segundo os técnicos.

É certo que o legislador da lei 25/11 estipulou várias medidas de protecção e de apoio à vítima de violência, porém, na prática estas medidas não são cumpridas veementemente; isto deve-se ao facto de não haver rigor por parte dos profissionais destas instituições e também devido à inexistência dos mecanismos que auxiliam no manuseamento destas medidas.

«alguns casos, nós mesmo é que fazemos a vez de um psicólogo, damos um apoio emocional e, nas outras não, voltam a casa assim mesmo» (técnico 1).

«a única protecção que as vítimas recebem é a jurisdicionais, as outras não recebem por falta de condições» (técnico 2).

De acordo com os técnicos, as instituições de atendimento às vítimas de violência doméstica em análise não possuem os espaços de abrigo para as vítimas nem o apoio psicossocial, a única protecção que é dada à vítima é a jurisdicional.

Segundo o técnico (02), na ausência das casas de abrigo, a vítima é obrigada, após a denúncia, a regressar a casa e, se o agressor não estiver sobre o controlo das autoridades, por existência dos espaços de abrigo, aconselham a vítima a ficar na casa de familiares com capacidade de a proteger.

O técnico (01) refere que não é de hábito atenderem vítimas com situações muito graves ou com ferimentos que necessitam uma protecção da parte desta instituição, ou seja, nunca se depararam com casos em que a vítima precisasse de ser encaminhada para uma casa de abrigo, conforme afirmação a seguir:

Entrevistadora: *em que casos é que a vítima é encaminhada para um abrigo?*

«se as casas existissem, encaminhamos as vítimas nestas casas para que quando a situação conflituosa acalmar e depois volta a sua casa. Mais nunca recebemos casos em que a vítima precisasse o encaminhamento para uma casa de abrigo, as situações em que não constituem gravidades, mais com algumas chapadas

que não mostram a gravidade da situação, nós apenas aconselhamos a vítima para apaziguar e voltar a casa» (técnico1).

Parece-nos impossível que esta instituição nunca tenha recebido casos de violência que carecessem o encaminhamento para casas de abrigo. A DIFAMU é a instituição de apoio à vítima mais conhecida no país; os dados estatísticos fornecidos por esta direcção indicam que a violência física, com 8,98%, e a psicológica, com 23,27%, foram das violências cujos casos se acentuaram. Segundo o diploma que revoga a lei 25/11 de violência doméstica, no artigo 23º estipula-se que deve-se encaminhar para as casas de abrigo vítimas destas violências e não só.

É possível que a falta de qualificação contribua para a dificuldade destes técnicos em distinguirem esses casos, porque, como já salientámos, nem todas as agressões físicas deixam marcas e, por outro lado, pareceu-nos que os dizeres deste técnico servem para justificar a inexistência de espaços de abrigo na cidade. Porém, lembramos que a lei 25/11 de violência doméstica foi aprovada no ano de 2011, desde então já se passam 7 anos, sendo assim, não há nenhuma razão para que esses abrigos não tivessem sido criados.

Para além disso, as declarações do técnico 01 naturalizam a violência sofrida pela mulher, quando se afirma o seguinte: *“acho que não é necessário o encaminhamento da vítima para uma casa de abrigo quando esta sofre apenas algumas “chapadas” que não mostram muita gravidade na vítima”*. Algumas pesquisas salientam que muitas destas “chapadas” advêm de um conjunto de factores que estão associados a um padrão continuado de violências exercidas sobre a vítima com a intenção de a subjugar/dominar.

Nas sociedades mais tradicionais, no caso da sociedade africana, devido a crenças culturalmente enraizadas e transmitidas de geração para geração, os actos de violência e discriminação contra a mulher muitas vezes são naturalizados e fundamentados culturalmente, ou seja, culpabilizam a mulher pela violência que esta sofreu.

Nas entrevistas que foram aplicadas às vítimas, que serão transcritas a seguir, algumas vítimas salientaram que preferem fazer as queixas ou denúncias directamente no Ministério Público ou nos Serviços de Investigação Criminal, porque, segundo elas, a DIFAMU tem unicamente as competências de sensibilizar as famílias e aconselhar a respeito da conduta de chefe de família e progenitor dentro de um lar; para além disso,

devido à morosidade no encaminhamento de casos de carácter criminal para as autoridades competentes, esta direcção tem sido pouco escolhida pelas vítimas de violência para procederem às queixas.

Os procedimentos praticados pelas instituições em análise são seguidos tendo sempre como fim o Tribunal, tal como o fluxograma apresentado no Capítulo II deste trabalho.

Segundo o técnico (03), às vezes a investigação dos dados nem sempre é feita correctamente, ou seja, nem sempre todas as provas são recolhidas como deve ser. Por esse motivo, os profissionais do Tribunal têm encontrado dificuldades em tipificar os crimes e alguns casos são arquivados por falta de provas que evidenciam a veracidade dos actos que foram recolhidos pelos investigadores.

«...os processos quando são enviados para aqui (tribunal) passam por uma sentença, e a maioria dos casos não vêm tipificados como crime de violência doméstica, vêm sempre como crimes comuns, os investigadores por vezes não fazem uma investigação profunda para apuração dos casos» (técnico 03).

Em relação às questões feitas aos agressores no momento do julgamento, o técnico (03) diz que pergunta-se ao agressor se existe algum laço familiar entre ele e a vítima. Em relação às condenações, o técnico diz que tem havido sempre condenações, mas que nem sempre a condenação é a prisão, há condenações com pena suspensa com obrigação de prestação de alimentos ou pena substituída por multa.

Em relação a estes dois aspectos, condenações com pena suspensa com obrigação de alimentos e pena substituída por multa, importa-nos aqui salientar que na prática estas medidas não funcionam veementemente, primeiro, porque as autoridades não têm como controlar se o agressor cumpre ou não com tais obrigações; segundo, porque para voltarem a ter conhecimento de actos de violência continuados e, nesse sentido, voltarem a prender o agressor, a vítima tem de apresentar novamente a queixa/denúncia.

Porém, pelo que pudemos constatar neste aspecto, a maioria das vítimas não volta novamente a apresentar a queixa; isto deve-se a vários factores: em primeiro lugar, muitas mulheres/vítimas não o fazem com o intuito de resguardar a sua reputação e a da sua família; em segundo lugar, têm receio de serem vistas constantemente por pessoas

conhecidas nessas instituições e, por conseguinte, ficam com medo de sofrerem represálias por parte do agressor; em terceiro lugar, as constantes ameaças que lhes são dirigidas muitas vezes culminam em suas mortes e, por último, o devido apoio e a protecção não são lhes fornecidos nestas instituições; portanto estes e outros factores levam a que as vítimas não voltem a fazer a queixa.

No nosso ver, essas medidas só têm permitido agudizar ainda mais a violência contra a mulher do que a protecção destas, porque, segundo algumas pesquisas realizadas, a maioria das mulheres/vítimas assassinadas pelos seus cônjuges, companheiros, já tinha apresentado as queixas nas associações de assistência às vítimas.

Por isso, é necessário que se crie uma discussão em torno destas questões para que se encontrem melhores soluções que possam efectivamente proteger a vítima e que também possam na realidade manter o agressor longe da vítima.

4.2.3 - Ponto de vista dos técnicos em relação à lei de violência doméstica

Quanto às opiniões dos técnicos sobre a lei 25/11 de 14 de Julho sobre a violência doméstica, o técnico (03) salientou que devia haver um agravamento das medidas aplicadas aos agressores e deviam ser criadas mais algumas que possam complementar as que já existem; para além disso, deviam ser construídas as casas de abrigo, pois fazem muita falta no que diz respeito à protecção da vítima do agressor.

Já o técnico (01) diz que não há nada para se mudar ou melhorar, porque a lei possui todas as medidas necessárias no combate à violência doméstica. O técnico (02) disse que não nos poderia responder com propriedade a esta questão. Presumimos que a falta de domínio a respeito da lei de violência doméstica é o motivo que o levou a não responder a esta questão.

«aquilo que se vê na lei contra a violência doméstica, que é uma lei especial, devia haver um agravamento das medidas aplicadas aos agressores, e criar outras medidas que podem auxiliar as que já existem»
(técnico 3).

«a violência doméstica como crime, e com aquelas medidas que lá se encontram, com esta lei as pessoas ficam mais atentas às coisas que fazem, então não acho necessário que se melhore ou aumente alguma coisa»(técnico 1).

«Não é possível te responder a esta pergunta com propriedade de momento» (técnico 2).

A lei contra a violência doméstica 25/11 de 14 de Julho foi regulamentada no diploma 25/13 de 28 de Agosto; o referido diploma contém 8 capítulos e 33 artigos, destes destacámos os capítulos I de princípios no atendimento à vítima, o II - protecção à vítima e o VIII - espaços de abrigo. Pelo que pudemos constatar, os técnicos desconhecem o diploma que revoga a lei de violência doméstica. Apesar da revogação desta lei, as medidas de protecção e apoio às vítimas não se reflectem na prática das actividades das associações pesquisadas.

4.3 Entrevistas às vítimas

Os resultados que se seguem referem-se às respostas ao questionário aplicado às vítimas que faziam queixas ou denúncias nas instituições em análise; foram incluídas várias questões que nos permitiram identificar a satisfação das vítimas com os serviços prestados pelos profissionais destas associações. Após a realização da entrevista fez-se a análise e a seriação do conteúdo colectado e, assim, identificadas as características que nos interessavam.

Muitas das mulheres vítimas de violência, à data da entrevista, estavam separadas dos seus companheiros e outras afirmaram que viviam com os seus companheiros em união de facto. A idade das vítimas está compreendida entre os 18 e os 50 anos; quanto ao nível de instrução, muitas delas referiram estar a fazer o 2º ou o 3º ano da faculdade, algumas nunca estudaram e outras não terminaram o ensino secundário. Para assegurar o anonimato das vítimas e das informações que prestaram optámos por utilizar nomes fictícios.

4.3.1 - Apoio e protecção à vítima

Neste ponto debruçar-nos-emos sobre o que se refere ao apoio e à protecção que as instituições em análise oferecem, segundo a perspectiva das vítimas.

A maioria das vítimas entrevistadas referiu que aquela era a primeira vez que faziam queixa nas instituições onde foram encontradas no momento da entrevista.

Muitas vítimas de violência recorrem às instituições de atendimento e apoio às vítimas de violência quando as agressões violentas tomam um rumo alarmante, isto é, em caso de ferimentos graves; entre estes ferimentos destacam-se os ferimentos físicos que são caracterizados por hematomas, manchas negras, fraturas, entre outros. Quando a violência atinge um máximo de intensidade, as mulheres procuram pôr termo à relação. Na fase de separação, os parceiros insistem na reconciliação, com demonstrações de amor e justificações que fornecem alibis para o perdão do seu comportamento violento, (Lisboa *et al.*, 2006:184).

A situação económica, o desemprego, os estereótipos em torno da mulher separada, o baixo nível de escolaridade, a esperança na mudança do comportamento do parceiro, o amor pelo companheiro, a protecção dos filhos, entre outros, são também algumas das várias questões que fazem com que as mulheres permaneçam num relacionamento abusivo por longos e longos anos.

Por outro lado, as agressões verbais por parte do agressor, o medo de sofrer uma vitimização secundária por parte deste, a falta de protecção condigna que não lhes é prestada pelas referidas instituições são também outras razões que levam as mulheres vitimizadas a não procederem às denúncias ou queixas contra os seus agressores.

Quanto ao acesso às instituições para procederem às queixas/denúncias, as vítimas referiram ter havido boas condições para fazerem as suas queixas ou denúncias.

«quanto ao acesso para fazer a queixa não há problemas...» (Mariana).

«quanto ao acesso não há problema, temos tido bom acesso.»

(Maria).

Algumas vítimas não esconderam as suas insatisfações em relação ao atendimento em algumas instituições, mormente ao da Direcção da Família e Promoção da Mulher.

«não gostei do jeito que eles conduziram o caso!

Entrevistadora: porquê?

«é que eles deixavam o meu ex-marido tomar a decisão daquilo e aquilo não sei se é o facto de ser militar ou quê! Sendo eles funcionários da instituição é quem devem tomar decisões como uma instituição que apoia mulheres vítimas, e não deixar que outra pessoa o faça por eles, por isso não gostei mesmo...». (Manuela).

Como já referimos anteriormente, esta situação aconteceu na Direcção da Família e Promoção da Mulher, segundo as afirmações feitas pela “Maria”, os técnicos deixavam o agressor decidir o que se deveria fazer, e a mesma considera que o facto de o seu esposo ser militar explica o comportamento desses profissionais. Acreditamos que algumas dessas situações acontecem por vários motivos, por exemplo, devido à falta de capacidade dos técnicos para resolver essas situações quando o agressor consegue persuadir bem ou quando este tem um nível de instrução mais elevado.

Assim, quando situações deste género acontecem, tal provoca sentimentos de revolta, humilhação e o arrependimento da vítima por ter feito a queixa, conforme salienta a Mariana:

«...devia ter ficado calado, essas instituições não prestam, eu tinha razão agora estão a dar razão a ele só porque conhece alguém que trabalha lá (voz tremula) ...» (Mariana).

Nas situações que mencionámos anteriormente e nas situações em que o agressor tem uma relação com alguém que trabalha na instituição que o notificou ou com alguém que está a exercer um cargo de chefia, ou quando o agressor tem um “protector”, tem-se prejudicado uns e favorecidos outros; muitas mulheres vítimas de violência fazem queixa ou denúncias, contudo, pelas razões já descritas, os resultados nunca foram satisfatórios. Em algumas vezes os casos são arquivados sem nenhuma explicação plausível.

No nosso ver, esta situação leva muitas vítimas a não apresentarem a queixa quando estão na mesma situação, com o receio de que se apresentarem outra queixa talvez isso tenha o mesmo resultado que teve antes. Logo, muitas delas sujeitam-se a viver com a situação, levando-as muitas vezes para uma depressão que pode resultar em mortes.

A partir da nossa análise em torno desta situação, podemos concluir que o sistema desta instituição está amplamente desqualificado, porque não se pode admitir que o agressor, seja qual for o seu estatuto social, intrometa-se em questões que não lhe dizem respeito. Além do mais, na perspectiva da vítima, o técnico é visto como o possível “Deus” que vai pôr fim ao problema que a aflige; nesse sentido, quando isso não acontece, a própria credibilidade dos profissionais fica diminuída. Muitas vezes as instituições de apoio à vítima, para além de não resolverem a situação, acabam mesmo por agudizá-la ainda mais.

Por isso, cabe aos profissionais da instituição manter a ordem e decidir o que se deve fazer em relação à situação e não deixar que o agressor se intrometa em situações que não lhe dizem respeito. Achamos que é bastante preocupante quando os órgãos do estado não prestam o devido apoio ou fornecem a protecção de que as vítimas tanto carecem.

Portanto, é necessário que os profissionais dos órgãos de atendimento à vítima ajam com seriedade e zelo perante estes actos, favorecendo quem precisa e não quem pode, porque as mais prejudicadas perante esta situação são as mulheres/vítimas de violência, crianças e idosos.

A maioria das mulheres vítimas de violência entrevistadas na Direcção da Família e Promoção da Mulher referiu que foi lhes entregue pelos profissionais desta instituição a notificação para que elas mesmas fizessem chegar ao agressor.

«...atenderam-me bem sem problemas fizeram-me algumas perguntas sobre os motivos que fizeram com que eu viesse aqui, abriram o processo e no fim deram-me uma notificação para entregar ao pai dos meus filhos...» (Teresa).

Entrevistadora: foi você mesma quem entregou a notificação? Como ele reagiu?

«Sim, fui eu mesma que entreguei, quando entreguei começou a dizer muita coisa, me disparatou, não dei lhe tempo para que ele continuasse a me disparatar, logo que entreguei a notificação fui me embora» (Teresa).

«sim fui eu mesma quem levei a notificação a ele, os funcionários daqui deram-me e eu fiz a entrega ao agressor» (Suzana).

Como já referimos nas entrevistas aos técnicos sobre os procedimentos nas instituições, nomeadamente na DIFAMU, as notificações para os agressores são encaminhadas de uma forma diferente, ou seja, as notificações para os agressores que trabalham são entregues pelos próprios funcionários da DIFAMU, enquanto que para os agressores desempregados ou que não trabalhem numa instituição pública as notificações são entregues pelas próprias vítimas. O diploma nº 124/13 que regula a lei nº 25/11 de violência doméstica no seu artigo 7º na alínea 2) diz claramente que *a vítima não deve ser portadora de notificação policial ou similar para ser entregue ao agressor*. Portanto, assiste-se aqui a uma transgressão das políticas públicas presentes na lei para a prevenção da violência e a protecção das vítimas por parte dos profissionais desta instituição.

Segundo a OMS, o empenho na melhoria dos níveis de aplicação das leis existentes pode resultar em ganhos significativos na prevenção da violência. É preciso fortalecer os mecanismos e recursos institucionais e aumentar a capacidade humana necessária para garantir que as leis promulgadas protejam as pessoas contra violência, responsabilizem perpetradores e criem ambientes seguros para todos os cidadãos (OMS, 2014).

Portanto, é vital que os funcionários destas instituições ponham em prática as políticas presentes na lei, para a protecção da vítima e apoio a esta e também para a prevenção e eliminação da violência.

4.3.2 Avaliação das instituições

Nesta secção abordaremos as percepções das vítimas no que diz respeito às instituições e o atendimento dos profissionais.

Quanto ao acesso às instituições para procederem às queixas ou denúncias, as vítimas referiram que há bom acesso e também salientaram que o tempo de espera na sala de atendimento é aceitável. O tempo no encaminhamento dos processos para outras entidades foi também avaliado pelas vítimas como aceitável.

Algumas vítimas entrevistadas acham que não lhes é dada a devida protecção e apoio por estas instituições não possuírem os meios necessários, e também salientaram que estes meios fazem muita falta no que concerne à protecção delas do agressor.

«não encaminharam-me para uma casa de abrigo não sei (silêncio)... talvez por não existirem essas casas cá na província, mas nos fazem muita falta...» (Júlia).

«...não, não quanto à situação de apoio e protecção a instituição não está em condições, não existem as casas de abrigo, não prestam o devido apoio, os tais técnicos parece que não andam lá muito bem informados sobre a matéria, enfim e também acho que não existem casas de abrigo cá na província»(Maria).

Quando as instituições estiverem mais bem equipadas, melhor será o atendimento às vítimas, pois, em parte, a falta de meios básicos nestas instituições faz com que os profissionais não ofereçam o devido apoio e protecção à vítima. Em relação às situações de violência, o apoio às vítimas e a protecção destas são importantes, porque a protecção previne a vitimização secundária, e o apoio social e psicológico ajuda a vítima a recompor-se do trauma que a violência causou.

Em relação à escolha das instituições para se fazer as queixas, algumas vítimas preferem fazer as queixas nos Serviços de Investigação Criminal ou no Ministério Público. Como justificação, dizem que essas instituições são mais dinâmicas na resolução dos casos, a Direcção da Família e Promoção da Mulher é a menos escolhida pelas vítimas por cingir-se somente ao aconselhamento de famílias.

Tal como salienta Maia, o Ministério Público é considerado por muitos como a instituição ideal para se apresentar queixas-crimes e outras, para se evitar todo o processo moroso de apresentar queixas nas instituições policiais e outras (Maia, s.d:192).

Quanto ao melhoramento do funcionamento do sistema do atendimento às vítimas nas instituições, as vítimas na sua maioria salientaram que deve-se melhorar na criação de

casas de abrigo, no apoio de psicólogo e na qualificação dos próprios técnicos nas matéria em que actuam.

«acho que se deve melhorar muita coisa, no caso de técnicos que parecem não estar preparados na matéria sobre a violência, não existem casas de abrigo na província e nem o apoio psicossocial é oferecido às vítimas, são essas coisas básica que se deve melhorar nessas instituições cá na província...» (Maria).

«Quanto a isso, acho que deve remodelar as estruturas para que todos quando vêm fazer denunciais fiquem sentados, porque sempre que vimos fazer queixa algumas mulheres ficam de pé e as outras sentadas, acho que isso não fica bem. As casas de abrigo para vítimas também devem ser construídas para nos protegerem de agressores...» (Mariana).

Em algumas instituições de atendimento às vítimas de violência doméstica localizadas em algumas províncias, não existem condições necessárias para o atendimento de vítimas de violência; segundo a entrevista da Ministra da Família e Promoção da Mulher concedida ao jornal de Angola, actualmente existem 7 casas de abrigo em Angola e estas encontram-se localizadas todas na província de Luanda, a capital do país. Tal deve-se ao facto de haver uma discrepância no que diz respeito ao investimento, isto é, há áreas em que se investe mais do que outras.

Em relação às casas de abrigo, as instituições não têm a competência para criá-las, porque a sua criação depende do governo central. Assim, por mais que exista boa vontade por parte dos trabalhadores, estes não o podem fazer por falta de autonomia. Por outro lado, há falta de uma estrutura própria que regularize a criação destes abrigos; por esta razão, elas não se expandem a nível nacional.

Vários relatórios de OMS salientam que a qualificação dos técnicos nas áreas de saúde e de atendimento policial, o estudo de base populacional, os meios de protecção e apoio são ferramentas imprescindíveis na prevenção da violência e no combate à mesma (OMS, 2014).

4.4 Propostas para o melhoramento do sistema de atendimento às vítimas

O trabalho de levantamento empírico se realizou para este trabalho, nomeadamente aos técnicos de instituições de atendimento às vítimas bem como às próprias vítimas de violência doméstica, tornou evidente que existem vários aspectos em que o sistema de protecção a mulheres angolanas vítimas deste tipo de violência deve melhorar. Estamos certos que este trabalho apenas se circunscreveu a uma pequena parte do território Angolano pelo que uma das primeiras recomendações que achamos necessário vincar é a necessidade deste tipo de levantamento empírico um pouco por todo o país.

De qualquer modo e de acordo com a delimitação territorial traçada para este trabalho, bem como através da observação das carências e debilidades do sistema de atendimento e protecção das mulheres vítimas de violência doméstica, Propomos algumas medidas que possam melhorar o sistema de atendimento em todas as entidades e instituições que estejam numa situação de charneira no contacto com as vítimas deste tipo de violência. De entre essas entidades e instituições destacamos, por exemplo, os serviços de saúde, as polícias, a Direção de Família e Promoção da Mulher, e os Serviços de Investigação Criminal e no Tribunal Provincial da Comarca da Lunda-Norte.

Antes de mais, queremos aqui salientar que os pontos negativos ou as falhas notadas nas instituições pesquisadas estão na sua maioria relacionadas com a falta de formação e qualificação dos técnicos que actuam nestas entidades. A Organização Mundial da Saúde destaca a formação dos profissionais nos mais variados sectores de atendimento às vítimas de violência como uma das estratégias indispensáveis no combate e na prevenção da violência.

Por isso, havendo a necessidade de se melhorar o sistema destes órgãos, achamos que a formação dos técnicos nas questões de género e de violência doméstica, dotando estes técnicos com competências e ferramentas adequadas é crucial para um atendimento eficaz. Esta formação deve incluir todas as instituições

que têm atendido as situações de violência, nomeadamente, as entidades policiais que possuem áreas específicas para o atendimento às vítimas de violência, sobretudo nas esquadras policiais onde a vítima faz a denúncia, as instituições sociais vocacionadas para o atendimento às vítimas e os técnicos de saúde, nomeadamente enfermeiros e médicos.

Nas instituições policiais, achamos que a cifra maior de polícias que fazem o atendimento às vítimas deve ser do sexo feminino situação que nem sempre acontece. Sendo que uma mulher vítima de violência doméstica se encontra numa situação de enorme vulnerabilidade física e psicológica e que foi vítima de uma situação de violência perpetrado por um outro homem, sentir-se-á, certamente mais disponível para denunciar e descrever o seu caso de violência a um agente policial que seja mulher.

Em relação à formação dos enfermeiros e médicos é importante porque várias vítimas de violência têm necessidade de se deslocarem aos hospitais, em virtude das lesões sofridas. Na maior parte dos casos, são as próprias vítimas que se deslocam, posteriormente às instituições policiais. No entanto e tendo em vista que muitas das vezes essas mulheres não chegam a ir às polícias (ou porque são demovidas pelo agressor ou porque voltam atrás na sua decisão de denunciar o agressor), é crucial o papel dos profissionais de saúde.

Estes profissionais de saúde devem ter formação específica sobre violência doméstica para conhecerem os procedimentos adequados sobre como actuar ou como abordar a vítima e para ele/ela própria contactar as entidades policiais para que o processo de violência doméstica siga os trâmites legais. Paralelamente, que para a prevenção e o combate do fenómeno, as instituições acima indicadas devem trabalhar em conexão com as outras para uma prevenção e combate eficaz.

Assim, deverá haver um manual de procedimento em rede que estipule o procedimento exacto que deve ser seguido por cada uma das entidades na por estação de apoio e protecção às vítimas. Este tipo de manual, como de resto e a título de exemplo existem no contexto Português, é uma importante ferramenta na protecção

das vítimas sobretudo porque pré-define acções/procedimentos específicos que todos os técnicos e profissionais que trabalham nestas entidades devem seguir.

Quanto as entrevistas aplicadas aos técnicos (Direcção da família e promoção da mulher), estes salientaram que não é habitual receberem ou atenderem situações de gravidade. Quanto a essa afirmação, salientamos que a falta da sensibilização destes técnicos nas aéreas em que actuam pode estar a dificultar a actuação nestes casos ocultos. É importante aqui salientar que muitos actos de violência não deixam marcas físicas visíveis o que faz com que seja imputado às vítimas a descrição das situações e dos actos de violência. Mas esta descrição está sempre condicionada pelo contexto emocional, caracterizado por uma enorme fragilidade, no qual as vítimas se apresentam quando decidem apresentar queixa contra o agressor. Os seus medos, anseios e vergonha serão uns aspectos presente e que deve sempre ser tido em conta pelos técnicos e profissionais que as atendem.

É importante que os técnicos estejam sensibilizados sobre estas questões, por exemplo, a respeito das várias formas em que a violência ocorre, em que contexto ocorrem e quando é que a vítima está a ser coagida pelo agressor; portanto, que percebam que as mulheres/vítimas não vão só para referirem somente as questões recentes mas que há outras ocultas; Para tal, é preciso pô-las a falar, com o intuito de revelar violências ocultas ou anteriores; a melhor forma de fazer-se isso, como já salientámos, é através da sensibilização dos técnicos quanto a essas questões.

E é preciso também que estes técnicos percebam o que está por detrás da violência contra a mulher e que na maioria das vezes ocorre porque o agressor entende que tem poder e controlo que lhe permite exercer a violência contra a vítima. Estas relações de poder entre o masculino e feminino, sobretudo em sociedades marcadamente patriarcais como a sociedade angolana, têm claras repercussões nas dinâmicas das relações íntimas e são sobretudo mais uma das formas de assimetria e desigualdade entre homens e mulheres.

Na instituição da Direcção da família e promoção da Mulher, notou-se que procediam à entrega da notificação por duas formas diferentes, Certos de que este

acto põe a vida da vítima em perigo, trata-se de uma porta aberta que possibilita a vitimização secundária; sendo assim, neste contexto sugerimos;

Que seja seguido o mesmo procedimento na entrega da notificação, ou seja, que sejam os próprios técnicos a fazerem a distribuição da notificação aos agressores;

Portanto, como já vimos, são todas estas formações supracitadas que estes técnicos devem fazer, para que, assim, estejam dotados de mecanismos eficazes para um melhor atendimento às vítimas e no combate e prevenção da violência.

Com este trabalho contribuímos para a detecção de falhas no sistema de protecção e tencionamos entregar este documento às entidades da Direcção da Família e promoção da Mulher e nos Serviços de Investigação Criminal, para ajudar no combate e na luta contra todas as formas de violência contra as mulheres em angola, bebendo da experiencia portuguesa cuja realidade a autora deste trabalho conhece bem. Foi aliás este um dos motivos que levaram a autora deste trabalho de projecto a fazer o mestrado em Portugal para que possa beber da experiencia portuguesa e para adaptar, sempre que pertinente, as boas praticas de protecção e prevenção da violência doméstica para o contexto angolano.

Esperamos tê-lo feito!...

CONCLUSÃO

Pretendeu-se com este estudo compreender e analisar os procedimentos e as dinâmicas dos processos seguidos no atendimento às vítimas de violência doméstica/conjugal nos órgãos do estado angolano. A recolha de dados foi feita nos órgãos localizados na cidade do Dundo, na província da Lunda-Norte.

A lei nº 25/11 de violência doméstica angolana define a violência doméstica como toda acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente a pessoa humana.

A violência doméstica é um problema de saúde pública que afecta milhões de pessoas no mundo inteiro todos os anos, tendo como principais vítimas deste flagelo as mulheres, crianças e idosos, e o homem tem tido inúmeras vezes ocupado o lugar de agressor. O constante surgimento de actos de violência tem suscitado a investigação das várias particularidades deste fenómeno em todo mundo.

O governo angolano tem encetado esforços no combate a este problema; estes esforços verificam-se na criação de meios jurídicos, como é o caso da lei 25/11 de violência doméstica, e na criação de instituições com áreas especializadas para o atendimento às vítimas de violência. Porém, pelo que pudemos constatar quanto à aplicação das medidas de protecção e apoio à vítima de violência previstas na lei, na prática estas não são aplicadas veementemente pelos técnicos e muito menos cumpridas pelos autores dos actos criminais.

A falta de estudos específicos sobre esta problemática em Angola tem gerado muitas dificuldades no combate e na prevenção do problema. Segundo a OMS, muito do que se conhece sobre a violência praticada contra as mulheres, crianças e idosos provém de pesquisas e estudos especiais de base populacional. Esses estudos ressaltam também que depender exclusivamente de dados colectados de forma rotineira, a partir de serviços policiais e de saúde, é insuficiente para formular e monitorizar planos de prevenção abrangentes para se abordar essas formas de violência.

Os técnicos entrevistados salientaram que os factores económicos, nível de escolaridade baixo, pobreza e as relações hierárquicas e desiguais geram a violência, porém, não deixamos também de dizer que os factores culturais têm grande influência no desencadeamento da violência contra a mulher de um modo particular em Angola, factores esses que foram passados de geração para geração.

A falta de qualificação dos técnicos nas áreas em que actuam e de meios próprios que auxiliam no atendimento às vítimas tem dificultado muito a sua actuação nos casos de violência, apoio e protecção às vítimas naqueles órgãos.

Por este facto, muitas vezes alguns actos de violência, particularmente a psicológica por ser difícil de se identificar na vítima, são ignorados muitas vezes por estes profissionais, passando assim a privilegiar os actos físicos que estejam visíveis.

A posição dos técnicos a respeito da banalização da violência sofrida pela mulher está patente nas suas afirmações, quando indicam que não é necessário o encaminhamento das vítimas para as casas de abrigo quando apanham apenas algumas chapadas; porém, vários estudos salientam que essas “chapadas” são um padrão de violência contra a mulher prolongado.

Assim, muitas das vítimas entrevistadas evidenciaram as suas insatisfações em relação aos serviços prestados por profissionais destas direcções; essas insatisfações estão relacionadas com a falta de apoio, protecção e a situação em que o agressor se intromete no processo da resolução de casos. A entrega da notificação à vítima para que a mesma a entregue ao agressor é também uma questão que nos suscitou muita indignação, já que essa prática põe a vida da vítima em risco.

Tendo em conta os aspectos observados nas respostas às entrevistas aplicadas aos técnicos e às vítimas, concluímos neste âmbito que os sistemas de atendimento dos órgãos do estado pesquisados na cidade do Dundo na prática não funcionam.

Isso acontece por vários motivos, entre os quais, a falta da formação dos técnicos na matéria de género e de violência doméstica, a transgressão de políticas públicas presentes na lei de violência doméstica, o facto de não haver uma aplicação eficiente da lei existente em relação à protecção da vítima e a falta de meios necessários que auxiliam os técnicos no atendimento às vítimas nestas instituições.

Nesse sentido, é necessário que os profissionais destas instituições façam cumprir a lei, responsabilizando os autores das práticas criminosas e aplicando as medidas de protecção e apoio à vítima de violência.

Portanto, esperamos que com as propostas aqui sugeridas os sistemas de atendimento destes órgãos possam melhorar.

Desenvolver este tema nesta perspectiva foi muito importante para a nossa compreensão do funcionamento dos órgãos do estado localizados na província da Lunda-Norte, uma vez que nos permitiu compreender melhor a organização do sistema destas instituições, além de nos ter permitido desenvolver também competências de investigação a outros níveis relacionados com esta temática.

BIBLIOGRAFIA

- ADICHIE, Chimamanda Ngonzi (2012) *Todos devemos ser feministas*. Editora do grupo Leya Rua Cidade de Córdova, nº 2.2610-038 Alfragide. Portugal. [Www.dquixote.pt](http://www.dquixote.pt) www.leya.com
- ANA, Macedo (2002) *Género, identidade e desejo. Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Edições Cotovia, Lda.
- ALVES DA SILVA, Eugénio(2011) *Educação no meio rural em Angola: tradição, (desigualdade de género e cidadania – Instituto de educação- centro de investigação em educação*. Universidade do Minho (Braga, Portugal). Disponível em <file:///C:/Users/Windows/Documents/EDUCACAO%20NO%20MEIO%20RURAL%20ANGOLA.pdf>, consultado em 15/12/2016.
- BEAUVOIR, Simone(2009) *O segundo sexo*, volume I. Lisboa: Quetzal.
- COSTA, Lila Maria Godoni (2010) *Violência doméstica: vitimização e enfrentamento*. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em psicologia.Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de psicologia.
- Decreto-lei nº25/11, de 14 de Julho (2011), que estabelece o regime de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.
- Decreto-lei nº 124/13, de 28 de Agosto, que regulamenta a lei 25/11, de 14 de Julho contra a violência doméstica.
- Decreto lei nº 7/98 de 20 de Fevereiro, que prova o Estatuto Orgânico do Ministério da Família e promoção da mulher.
- GAVIÃO, Isabel HarrietGourgel (2015) *A violência doméstica no seio da relação conjugal e a sua relação com o estatuto da mulher na sociedade: o caso de Angola*. Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito Público. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

- GUERRA, Paulo (2016) *Violência doméstica. Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Manual pluridisciplinar.
- LISBOA, Manuel et al.(2006) *Prevenir ou remediar. Os custos sociais e económicos da violência contra a mulher*. Edições Colibri.
- LISBOA, Manuel et al. (2009) *Violência e género. Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra Mulheres e Homens*. Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- MAIA, Luís (s. d.) *Violência doméstica e crimes sexuais. Um guia para as vítimas familiares e amigos*. Edições de ciências sociais e política contemporânea (Departamento editorial).
- NASCIMENTO, Edna (2011) *Percepções dos profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal*.Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.
- SEBASTIAO, Luzia Bibiana de Almeida (2015) *O quadro jurídico sobre a violência doméstica em Angola*. Disponível em <file:///C:/Users/Windows/Documents/Violencia-domestica%20em%20angola.pdf>, consultado em 02/02/2017.
- SEQUEIRA, Margarete Ribeiro(2014)*O ensino da produção textual na formação de ‘escritores competentes’ no 5º ano do ensino fundamental. Estudo em duas escolas de Santa Rita do Sapucaí – MG*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Formação Avançada em Educação da Faculdade de Ciências da Educação. Universidade de La Empresa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
- SOUSA, Bruna Tavares (2013) *Reflexões sobre os aspectos sociais da violência doméstica contra as mulheres*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Rio das Ostras.

TAVARES, Carolina Cerveira Ana – *Violência doméstica conjugal contra as mulheres: uma reflexão acerca da dimensão simbólica proposta por Pierre Bourdieu*. Disponível na em [www.ufpb.br »index.php»paper»view](http://www.ufpb.br/»index.php»paper»view), consultado em 14/12/2016.

TAVARES, Rebeca (2012) , o alto custo da violência de género na economia:Disponível emhttp://www.compromissoeatitude.org.br/o-_____alto-custo-da-violencia-de-genero-na-economia-por-rebeca-tavares-correio-braziliense-28/11/2012/consultado em 24/02/2017.

WALILE, Avelino (2012) *A problemática da violência doméstica em Angola: o caso de Benguela. Uma análise sociológica*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia no Curso de Mestrado em Sociologia, Globalização e Desenvolvimento.Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

OMS (2014), Relatório Mundial Sobre a Prevenção de Violência 2014: Disponível em;<https://www.google.pt/search?q=relat%C3%B3rio+mundial+sobre+a+preven%C3%A7%C3%A3o+da+viol%C3%Aancia+2014&oq=relatorio+sobre+a+prevencao+da+violencia&aqs=chrome.1.69i57j0.24311j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>consultado em 20/02/2017.

OMS (2014), Enfrentar o Desafio da Saúde da Mulher em África: Disponível em;<https://www.google.pt/search?q=relat%C3%B3rio+mundial+sobre+a+preven%C3%A7%C3%A3o+da+viol%C3%Aancia+2014&oq=relatorio+sobre+a+prevencao+da+violencia&aqs=chrome.1.69i57j0.24311j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=enfrentar+o+desafio+da+saude+da+mulher+em+africa>, consultado em 20/02/2017.

APÊNDICES

Apêndice A - Entrevista aplicada aos técnicos

Apêndice B - Entrevista aplicada às vítimas

GUIAO DE ENTREVISTA SEMI – ESTRUTURADA

1- Caracterização e dados socioculturais

País de nascimento;

Cidade de nascimento e onde vivia com os pais ou familiares com quem cresceu;

Idade;

Estado civil actual;

Nível de escolaridade

Situação perante o emprego

Profissão (actual ou em caso de estar desempregada ou não exercer nenhuma profissão no momento da entrevista, qual a ultima actividade profissional);

Religião (se é ou não praticante);

Descreva a actual composição do seu agregado familiar;

2- Trajectória e descrição do meio familiar de origem da inquerida

Como descrevia a relação dos seus pais? Era conflituosa? E sua relação com eles?

O seu pai era autoritário com vocês e com a sua mãe?

O seu pai dava a entender que ele tinha um papel superior / mais importante em casa, quando comparado com a sua mãe?

O seu pai era violento com a sua mãe?

Em que situações?

Alguma vez já assistiu, e os (irmãos)?

Como reagia? Alguma vez já interferiu?

Alguma vez já foi vítima de violência doméstica (ou os irmãos) do seu pai apos um episódio de violência entre o seu pai e a sua mãe?

Como é que a sua mãe reagia apos o acto de violência?

Ela alguma vez contou a alguém, quem?

Se ela nunca contou a alguém porque acha que nunca o fez?

A sua mãe alguma vez contactou a polícia ou uma instituição de apoio para casos de violência domestica?

Caso a sua mãe nunca tenha contactado nenhuma instituição para denuncias as situações de apoio a casos de violência, porque acha que ela não o fazia?

Guarda algo como exemplo do relacionamento dos seus pais, o que? (algo de bom que ache de ter tido para si no seu relacionamento;

O que a marca negativamente no em termos emocionais do relacionamento dos seus pais?

3- Trajectória de relações Namoro e/ conjugais anteriores a ultima.

Com quantos anos começou a namorar?

Quantos namorados/companheiros já tiveste antes deste último?

Alguma vez já viveu situações de violência domestica com estes companheiros namorados anteriores?

Como reagia?

Contava a alguém?

Fez queixa em alguma instituição de violência?

Se nunca o fez, porque?

4- Trajectória de violência domestica

Primeira situação de violência domestica?

Situações que motivaram a situação de violência:

Espaço que decorrerem as situações de violência

Alguma vez necessitou de assistência médica?

Se sim, principais lesões

Alguma vez contactou a polícia ou a instituição de apoio a situações de violência?

Se não, porque nunca o fez?

Se sim, quais foram as providencias que a policia ou instituição de apoio a violência domestica, tomou?

Foi encaminhada a uma casa de abrigo?

Qual é o apoio e protecção que recebeu?

5- Apoio e protecção a vítima

É a primeira vez que fazes queixa a esta instituição?

Se não, como foi resolvido o caso anterior?

Qual foi o resultado?

Ficaste satisfeita da forma como se resolveu o caso?

Qual foi a violência que sofreu? (psicológica, física, económica...)

Qual foi o apoio e protecção que recebeu depois de ter feito a queixa?

Se diz, não recebi nenhum apoio e protecção, na sua opinião porque acha que não recebeu o devido apoio e nem a protecção?

6- Avaliações das instituições

Na sua opinião, achas que há melhor facilidade em acessos nas instituições para fazer a queixa?

Como avalia o funcionário que lhe atendeu?

Achas que em factores técnicos está apto para trabalhar nesta área?

Era simpático/a e útil para você?

Respondia a todas as suas perguntas que você lhe fazia?

O tempo disponível para atendimento, na sua opinião é suficiente, bom?

O tempo no processamento dos processos, é suficiente, bom?

O tempo de espera na sala de atendimento?

Em termos de protecção e apoio as vítimas, na sua opinião, achas que a direcção está bem quanto a isto?

Se for para melhorar o funcionamento, em que achas que esta direcção deveria melhorar?

Obrigada pela sua participação

Roteio de entrevista dos profissionais da Direcção da família e promoção da Mulher

Há quanto tempo o (a) senhor (a) trabalha nesta instituição?

Que actividade exerce aqui?

Na sua opinião, o que é a violência contra a mulher?

O que é que acha que deve estar na base da violência contra a mulher?

O (a) senhor (a) considera que esta violência afecta muito a vida da mulher?

Em que sentido?

O (a) senhor (a) ou algum profissional desta instituição ou desta aérea já recebeu uma capacitação para lidar com situações sobre a violência contra a mulher?

Que tipo de violência contra a mulher dá mais entrada a esta instituição? (psicológica, física, económica, outra)

A direcção desenvolve alguma acção para a prevenção da violência contra a mulher? (se realizam estudos relacionados ao tema, palestras, outros)

Quando uma vítima faz a queixa, quais são os procedimentos que são seguidos?

Existem algumas perguntas específicas que fazem as vítimas?

Se sim, quais são?

A vítima recebe algum tipo de apoio e protecção depois de ter feito a queixa?

Se sim, qual é o apoio e protecção que recebe?

Cá na província existem casas de abrigo para as vítimas?

Se não, porque?

Visto que, a falta destes meios (casas de abrigo), leva as vitimas a procedência a lugar onde foi vítima, correndo assim riscos de sofrer uma revitimacao, quanto a esta situação, qual é o método que esta instituição usa para a protecção da vítima?

Em que situação a vítima é reencaminhada para casas de abrigo? (se existissem)

Quais são as medidas de coacção contra o agressor?

Em que condições o processo é reencaminhado para o tribunal?

Em termos legislativos o (a) senhor (a) acha que se poderia se melhorar ou mudar alguma coisa na lei sobre a violência domestica?

Se sim, o que achas que se poderia melhorar?

Roteio de entrevista dos profissionais do serviço de investigação criminal.

Há quanto tempo o (a) senhor (a) trabalha nesta instituição?

Que actividade exerce aqui?

Na sua opinião, o que é a violência contra a mulher?

O que é que acha que deve estar na base da violência contra a mulher?

O (a) senhor (a) ou algum profissional desta instituição ou desta aérea já recebeu uma capacitação para lidar com situações de violência contra a mulher?

Que tipo de violência contra a mulher dá mais entrada a esta instituição? (psicológica, física, económica, outra)

A direcção desenvolve alguma acção para a prevenção da violência contra a mulher? (se realizam estudos relacionados ao tema, palestras, outros)

Quando uma vítima faz a queixa, quais são os procedimentos que são seguidos?

Existem algumas perguntas específicas que fazem as vítimas?

Se sim, quais são?

A vítima recebe algum tipo de apoio e protecção?

Se sim, qual?

Existem casas de abrigo para as vítimas?

Se não, porque?

Visto que, a falta destes meios (casas de abrigo), leva as vitimas a procedência a lugar onde esta foi vítima, correndo assim riscos de sofrer uma revitimação, quanto a esta situação, qual é o método que esta instituição usa para a protecção da vítima?

Em que situação a vítima é reencaminhada para casas de abrigo? (se existissem)

Quais são as medidas de coacção contra o agressor?

Em que condições o processo é reencaminhado para o tribunal?

Em termos legislativos o (a) senhor (a) acha que se poderia melhorar alguma coisa na lei sobre a violência domestica?

Se sim, o que acha que se poderia melhorar?

Obrigada pela sua colaboração

Roteio de entrevista para os profissionais do Tribuna

Qual é o procedimento que dão ao processo que recebem de Serviços de investigação criminal ou da Direcção da família e promoção da mulher?

Em que condições os agressores são condenados?

Quantos processos já deram entrada nesta instituição do princípio do ano corrente até a data presente, relativamente aos actos de violência domestica?

Quantos foram absorvidos e quantas condenações houve?

Existem algumas perguntas específicas que fazem a eles, antes de serem condenados? (agressores)

Se sim, quais são?

Em termos legislativos, o (a) senhor acha que se poderia mudar ou melhorar alguma coisa na Lei sobre a violência domestica?

Se sim, o que acha que se poderia melhor?

Obrigada pela sua participação